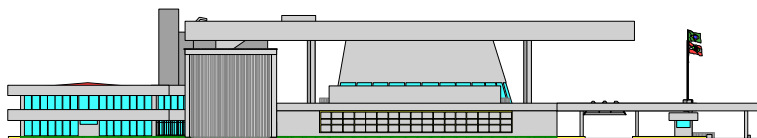


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 07 DE DEZEMBRO DE 2010

NÚMERO 6.233

16ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Jorginho Mello
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco De Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Décio Góes

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Antonio Aguiar
Dirceu Dresch
Décio Góes
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Sargento Amauri Soares
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Antônio Carlos Vieira - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Valdir Cobalchini
Gilmar Knaesel
Narcizo Parisotto
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Dado Cherem
Antônio Carlos Vieira
Edison Andrino
Ronaldo Benedet
Altair Guidi
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Rogério Mendonça (Peninha) -
Presidente
Flavio Ragagnin - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Serafim Venzon
Dirceu Dresch
Romildo Titon
Sargento Amauri Soares
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Dado Cherem
Dirceu Dresch
Elizeu Mattos
Altair Guidi
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Pedro Uczai
Antônio Carlos Vieira
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Gilmar Knaesel
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Nilson Gonçalves
Pedro Uczai
Kennedy Nunes
Valdir Cobalchini
Ronaldo Benedet
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**

Serafim Venzon
Pedro Uczai
Sílvio Dreveck
Valdir Cobalchini
Elizeu Mattos
Renato Hinnig
Altair Guidi
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Dirceu Dresch - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Onofre Santo Agostini
Antônio Carlos Vieira
Edison Andrino
Altair Guidi
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Darci de Matos
Dado Cherem
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Genésio Goulart
Prof. Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Ronaldo Benedet
Valdir Cobalchini
Onofre Santo Agostini
Gilmar Knaesel
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Flávio Ragagnin
Edison Andrino
Valdir Cobalchini
Altair Guidi
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Flávio Ragagnin
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Pe. Pedro Baldissera
Flávio Ragagnin
Rogério Mendonça (Peninha)
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann
Serafim Venzon
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Joares Ponticelli
Antônio Aguiar
Ronaldo Benedet
Romildo Titon
Prof. Odete de Jesus

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Walter da Luz Filho</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XVIII - NÚMERO 2233 EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 0107ª Sessão Ordinária realizada em 1º/12/2010.....2 Ata da 037ª Sessão Extraordinária realizada em 1º/12/2010.....7 Ata da 038ª Sessão Extraordinária realizada em 1º/12/2010.....8</p> <p>Publicações Diversas Audiência Pública.....12 Aviso de Licitação.....16 Ata da Procuradoria.....16 Ofícios.....16 Projetos de Lei.....17 Projetos de Lei Complementar18 Redações Finais.....19 Relatório.....21</p>
--	--	---

P L E N Á R I O

ATA DA 0107ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 2010 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Antônio Carlos Vieira - Dado Cherem - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Flavio Ragagnin - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Gilmar Knaesel - Jean Kuhlmann - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Onofre Santo Agostini - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cocalchini - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Partidos Políticos

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Ressalta a importância do porto de Itapoá.
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Faz a leitura da Portaria 927, da Polícia Militar.
DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Defende a necessidade urgente de uma intervenção da Segurança Pública em Fpolis, a exemplo do Rio de Janeiro.
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Solidariza-se com o deputado Nilson Gonçalves.
DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Manifesta a necessidade de um maior combate à exploração infantojuvenil.

DEPUTADA ADA DE LUCA (aparte) - Solidariza-se com a deputada Ana Paula Lima.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Manifesta-se a respeito da segurança pública; reporta-se a emendas ao Plano Plurianual.

DEPUTADA ADA DE LUCA (aparte) - Evidencia a necessidade de medidas sérias do governo que assumirá quanto à segurança pública.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Reporta-se à BR-101.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) - Solidariza-se com o deputado Manoel Mota.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA (aparte) - Reporta-se ao contrato com a Engepasa, no que se refere à SC-401.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) - Reforça a necessidade de o governo do estado cumprir o contrato com a Engepasa.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA (pela ordem) - Esclarece ao deputado Moacir Sopelsa quanto à forma de pagamento para a Engepasa.

Ordem do Dia

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA (pela ordem) - Solicita a pauta da Ordem do Dia.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (pela ordem) - Registra o seu descontentamento com o engavetamento de matérias.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Manifesta preocupação com matérias que precisam ser aprovadas.

DEPUTADO JEAN KULHMANN (pela ordem) - Registra a presença na Casa do prefeito do município de Ascurra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores. (São lidas e aprovadas as atas.)

Srs. deputados, sobre a mesa requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, assinados pelos srs. líderes, que solicita a suspensão da presente sessão até as 14h50, a fim de que o sr. Renato Stasiak, prefeito de Porto União, juntamente com a rainha, srta. Bruna Maris Mallon, e a princesa, srta. Ana Maria Czechtok, da 4ª Festa Nacional do Steinhaeger e do Xixo, convidem os parlamentares e a população em geral a comparecerem àquele evento.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, o

assunto que me traz a esta tribuna, deputados Antônio Carlos Vieira e Kennedy Nunes, é a inauguração do porto de Itapoá que, provavelmente, acontecerá ainda este ano. Temos que ressaltar que o porto de Itapoá será muito relevante para a economia catarinense e brasileira. Quanto a isso não há dúvida, pois o investimento na ordem de R\$ 475 milhões é muito significativo.

Ao mesmo tempo, sr. presidente e srs. deputados, há um problema a ser resolvido. O porto de Itapoá está sendo concluído e a rodovia de acesso provavelmente não vai ser concluída a tempo para seu funcionamento. Dos 27,7km da SC-415, que ligarão o porto de Itapoá à SC-412, 12,8km já foram pavimentados, mas ainda é preciso fazer a terraplenagem de 11,1km, ou seja, 8% das obras de arte, tais como galerias e pontes. Isso, no mínimo, preocupa-nos muito, porque acreditamos que a prioridade do próximo governo deverá ser no sentido de concluir o mais brevemente possível essa rodovia, a fim de não comprometer o trânsito do município em função do funcionamento do porto, levando em consideração que o tráfego de caminhões pesados será intenso.

Assim sendo, a prioridade que eu trago para o ano que vem, porque neste ano não vai ser possível, é a conclusão dessa rodovia por parte do governo que irá assumir, que é o governo de Raimundo Colombo. Além disso, é preciso, deputado Kennedy Nunes, que o projeto dessa rodovia, a SC-415, que faz a ligação com a SC-412, seja repensado. E com relação à obra futura, que não seja feita a ligação com a SC-412, que é a rodovia que faz a ligação com a BR-101, passando pelo município de Garuva.

Então, sr. presidente, srs. parlamentares e telespectadores da TVAL, se não for projetada e concluída outra obra ligando a SC-415, que está sendo executada para fazer a ligação ao porto, não fazendo com que essa rodovia tenha uma ligação direta com a BR-101, esse trecho da SC-412 até o acesso da SC-415, principalmente na temporada de verão, acabará ficando intransitável. Porque se hoje, mesmo não estando em funcionamento o porto, em determinados dias da semana e em época de temporada as filas são de duas, três horas para percorrer esse trecho, que é o acesso de Itapoá, imaginem como ficará esse acesso, com o funcionamento do porto, para quem precisar transitar nele! E isso pode trazer prejuízos econômicos para Santa Catarina, em especial para Itapoá, em função do turismo, que na verdade será o grande prejudicado.

Por isso, sr. presidente e srs. deputados, essa matéria que saiu no dia de hoje no jornal *A Notícia*, na pg. 18, *AN Economia*, é relevante. Mas é importante que tenhamos não só essa preocupação como o compromisso de fazer com que nessa obra, além de ela ser executada o mais breve possível, da SC-415 seja feita a ligação direta com a BR-101, porque senão nós iremos comprometer a SC-412, o município de Garuva e o próprio município de Itapoá, que terá prejuízos na sua economia por conta do congestionamento futuro que irá surgir, inviabilizando o acesso, principalmente, dos turistas.

É necessário lembrar também, srs. deputados, que é importante o porto de Itapoá, mas é preciso que seja realizado o quanto antes esse novo projeto para a execução dessa obra que será fundamental e indispensável para o bom funcionamento dele.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Sílvio Dreveck. Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, vou fazer a leitura, na tarde de hoje, da Portaria n. 927, da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, do dia 16 de novembro de 2010:

(Passa a ler.)

"Portaria nº 927/PMSC, de 16/11/2010

Reintegrar ao serviço ativo da Polícia Militar de Santa Catarina, Edison Garcia Fortuna, Matrícula n. 918173-3, 2º Sargento PM, em cumprimento à decisão liminar proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 2010.069401-1, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, consoante informação recebida por intermédio do Ofício nº 023100500300-000-001, Vara da Justiça Militar.

Luis da Silva Maciel

Coronel Comandante-Geral da PMSC"[sic]

Temos aqui uma decisão judicial determinando a reintegração ao serviço ativo da Polícia do sargento Fortuna, um dos 22 que haviam sido excluídos. Na realidade, o 16º ainda excluído, mas agora, com a decisão favorável, que hoje não é mais liminar, pois já foi avaliado o mérito, do Tribunal de Justiça à sua reintegração, permanecem uns 15 ainda excluídos da Polícia Militar. Eu estou falando sobre essa decisão relativa ao sargento Fortuna, porque creio que a mesma está sugerindo, está propondo, uma mudança de paradigma na cúpula da Polícia Militar com relação ao que foi ou ao que foram os últimos três ou quatro anos e o que deve ser no futuro.

O sargento Fortuna, na nossa maneira de avaliar, era aquele policial que eles menos gostariam de ver de volta fardado, no caso, a cúpula da Polícia Militar, aqueles que o excluíram no ano passado. É evidente que estou falando daqueles que foram excluídos por reivindicar o cumprimento da Lei n. 0254! Essa lei não foi cumprida!

Então, as exclusões das quais estou falando são única e exclusivamente daqueles policiais militares que foram punidos pela Polícia Militar - todos de excepcional comportamento, que é o melhor comportamento que um policial militar pode ter - por terem participado do movimento, das mobilizações, da luta pelo cumprimento da Lei Complementar n. 0254 que foi criada por iniciativa do governador Luiz Henrique e que não foi cumprida!

Quero deixar muito claro que estamos defendendo excepcionais policiais militares, nossos irmãos de farda, companheiros de luta, companheiros de faina, que dedicam e que têm dedicado há muito tempo a própria vida para defender a sociedade catarinense. Excepcionais policiais militares!

O sargento Fortuna é um daqueles que foram excluídos. E a turma que o excluiu pagaria qualquer preço para não vê-lo de volta, fardado, mas ele já está fardado. Foi chamado ao quartel, na última sexta-feira, para receber a farda e ajustá-la e está trabalhando fardado como policial militar.

Então, essa decisão do Poder Judiciário deve indicar a necessidade de uma mudança de rumo, de uma mudança de paradigma na cúpula da Polícia Militar, e para isso é necessário que se tenha um comandante que efetivamente esteja à disposição desse diálogo.

O governador eleito Raimundo Colombo, logo depois de eleito, na primeira semana após a eleição, fez divulgar a sua vontade de que haja pacificação das instituições de segurança pública no estado, principalmente a Polícia Militar. E para cumprir esse objetivo manifestado pelo governador eleito que assume em 1º de janeiro, de pacificar a Polícia Militar, é preciso cautela na escolha do novo comandante-geral da referida

Polícia. Só dá para pacificar através do diálogo, da concórdia.

Portanto, é importante e necessário buscar alguém que tenha na sua trajetória de oficial da Polícia Militar a intenção e a vontade de dialogar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, deputado Kennedy Nunes, da minha região, deputado Vieirão e demais deputados presentes, nós não podemos, de forma alguma, ignorar, em nível de Santa Catarina, o que está acontecendo no Rio de Janeiro, até porque eu acho que essa ação da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Exército e da Marinha que está sendo desenvolvida lá, mais propriamente no complexo do Morro do Alemão, tem muito a ver conosco, e eu explico.

Nós vimos em vídeo, vimos na televisão, aqueles bandidos fugindo do Morro do Alemão, que mais pareciam baratas correndo, e acompanhamos, até agora, tudo o que está acontecendo lá. Então, eu peço a v.exas. que façam uma reflexão. Foram mais ou menos 500 bandidos que fugiram do Complexo do Alemão; foram capturados mais ou menos 30 ou 40 bandidos. Então, há uns 380, 420 ou 430 bandidos que não foram capturados, altamente perigosos, de alta periculosidade, armados, que largaram suas armas etc. A reflexão que eu quero que v.exas. façam é a seguinte: eles desapareceram, sumiram que nem ratos no esgoto, mas eles vão ressurgir em algum lugar, porque procurar emprego eles não irão, tenho certeza absoluta. Só faltava acreditar que essa turma que sumiu de lá, desses 500, está correndo, batendo de porta em porta para procurar emprego. Não estão. A profissão deles é a marginalidade.

Qual é o lugar neste país onde existe forte semelhança com o Rio de Janeiro, tanto geográfica, quanto estrategicamente, para esse tipo de bandidos que lotavam os morros do Rio de Janeiro? Qual é a cidade neste país que tem morros e uma orla parecida com Copacabana, que é uma maravilha para viver? Qual é a cidade deste país? É a nossa Florianópolis, em Santa Catarina.

Eu não tenho dúvidas de que se não houver uma preocupação e uma prevenção por parte das autoridades policiais de Santa Catarina nós teremos aqui nos morros de Florianópolis muitos desses elementos que v.exas. viram fugindo do Morro do Alemão, aquelas baratas todas correndo que poderão pousar nos morros da nossa capital, se não houver uma prevenção, se não houver uma preocupação nesse sentido.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves, pelo aparte.

Eu vou ser muito rápido, só quero parabenizar v.exa. pelo pronunciamento, pois temos mesmo que ter essa preocupação. Mas o episódio do Rio de Janeiro mostra o seguinte: quando os órgãos, os poderes do estado se unem para combater a criminalidade, eles vencem.

Então, com certeza nós não devemos esperar acontecer aqui o que está acontecendo no Rio de Janeiro, para depois atuarmos. É preciso que as instituições policiais, as instituições das Forças Armadas, o Ministério Público e o Poder Judiciário reflitam agora sobre uma forma para se

combater e evitar que aconteça isso que v.exa. está falando, ou seja, um crescimento, um enraizamento dessa forma de organização da criminalidade aqui nas comunidades da Grande Florianópolis e das principais cidades do estado de Santa Catarina, como Joinville, que é muita próxima de Curitiba, também uma grande metrópole.

Parabéns pelo seu pronunciamento e muito obrigado pelo aparte.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Eu sou um defensor, de longa data inclusive, da utilização das Forças Armadas nas divisas dos estados. Quando se vai à Argentina, de uma província para outra, é preciso passar pela barreira do Exército - muitos que estão aqui já foram para lá e sabem disso -, que na verdade é a mesma coisa que passar de um estado para outro.

Eu fiz uma moção que será encaminhada, porque não há outra forma de me manifestar que não seja essa, ao Congresso Nacional, solicitando a colocação do Exército nas divisas dos estados, pois de um estado para outro se transita droga, arma, carro roubado, transita-se de tudo, e com a instalação de unidades do Exército nas divisas ou nas principais artérias dessas divisas de estado, pelo menos iríamos inibir esse trânsito livre de contrabando de armas, de droga, de tudo. O nosso país é enorme e há um trânsito praticamente livre para se ir onde quiser e com o que quiser.

Em Joinville, nós temos instalado o querido 62º BI, que eu tenho uma afeição muito grande, mas o que faz no meio da cidade? Caminhando, jogando basquete, jogando vôlei, marchando e depois voltando para dentro do quartel. Que utilidade tem um quartel general do Exército dentro da cidade como Joinville, por exemplo? Teria muito mais utilidade na divisa do estado e nas fronteiras do país.

Com certeza, teríamos mais eficiência e muito mais utilidade desse dinheiro gasto com todo esse contingente do Exército brasileiro utilizando-o dessa forma. Nós estamos esperando para guerrear com quem? Com o Paraguai, com o Uruguai, com o Chile? Ou vamos guerrear com os Estados Unidos? A nossa guerra está aqui dentro, que é contra o tráfico de drogas, e para isso precisamos usar o Exército, para essa guerra que temos aqui dentro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Não havendo deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao DEM.

Não havendo deputados do DEM que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PT.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até oito minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigado, sr. presidente, sras. deputadas Ada De Luca e Professora Odete de Jesus, companheiros parlamentares, utilizo o horário do nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, para falar sobre um assunto que nos causa tamanha indignação porque se trata também de uma violência contra as nossas crianças e os nossos adolescentes.

Exemplificando o que está acontecendo na cidade do Rio de Janeiro, podemos evitar que aconteça o mesmo no nosso estado. Houve um descaso das autoridades frente ao que estava acontecendo, ninguém tomou uma medida preventiva, um tratamento à drogadição, coisa que vínhamos alertando há muito tempo desta tribuna.

O número de usuários de crack continua aumentando, e o governo está cego, não toma nenhuma decisão para controlar essa situação. Há muitos pais e muitas mães desesperadas, deputada Ada De Luca, pois não sabem onde internar os seus filhos para desintoxicação. Estamos nos manifestando porque precisamos combater, sim, primeiro o crack depois a violência. Temos que romper o silêncio!

(Passa a ler.)

"A exploração sexual infantojuvenil, durante muitas décadas, permaneceu sob a égide da ignorância e do desconhecimento, o que tornou essa forma de violência uma das mais acentuadas e de crescimento avassalador. É uma das violações mais perversas de direitos, pois fere, ao mesmo tempo, o direito à saúde física e emocional, o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade da vítima. Falo de crianças e falo de adolescentes.

Atualmente, através do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Criança e o Adolescente, a sociedade passou a ter um canal de comunicação com o poder público e também com o Poder Judiciário, possibilitando a avaliação e a dimensão da violência e o sistema de proteção das vítimas.

O empenho da sociedade civil, como protagonista da mobilização social dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário nas três esferas governamentais, foi e continua sendo de grande importância para o enfrentamento do problema e a busca de soluções efetivas. Por isso é preciso, senhores e senhoras deputadas, que o estado estabeleça o firme propósito de combater, sob todas as formas, a exploração sexual de nossos meninos e meninas.

A criação da denúncia telefônica, o Disque 100, deputada Ada De Luca, tem-se revelado como um grande aliado. Desde a sua criação, em maio do ano de 2003, até outubro de 2010, o disque-denúncia já realizou um total de 2.532 milhões de atendimentos através do Disque Sim. No mesmo período, recebeu e encaminhou 140.106 mil denúncias de todo o nosso país.

Em relação aos municípios brasileiros, 88% deles já foram atendidos por esses serviços. De janeiro a outubro deste ano, foram 47.398 ligações em todo o país. Em Santa Catarina os números apontam 1.317 ligações neste período. Isso significa, deputada Ada De Luca, cinco ligações por dia denunciando a exploração sexual de crianças e de adolescentes. As denúncias englobam exploração sexual, negligência pornográfica, tráfico de crianças, violência física, violência psicológica e abuso sexual.

Verifica-se que, em todas as modalidades de violência sexual apresentadas, as vítimas do sexo feminino são a grande maioria, chegando a 80% nas situações de exploração sexual."

As nossas meninas no estado de Santa Catarina estão nessa vulnerabilidade.

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Ouço o aparte da deputada Ada De Luca.

A Sra. Deputada Ada De Luca - Deputada Ana Paula Lima, já ia pedir um aparte ao deputado Nilson Gonçalves, mas me distrai lá em cima e não desci. Mas gostaria de dizer que no Rio de Janeiro, há muitos anos, ouvi a deputada Cidinha Campos tomar conhecimento, falar e criticar, mas talvez as coisas não tenham sido levadas a sério, sabe por quê, deputada Ana Paula Lima? Porque era uma mulher que estava falando. E assim, tantas outras vezes eu ouvi várias deputadas falar sobre esse assunto, inclusive na Câmara Federal, no período em que morei em Brasília, mas como eram mulheres falando, não levaram a sério, e a bomba estourou!

Eu creio que só no momento em que todos os vereadores, prefeitos, deputados

estaduais, federais, senadores, literalmente, abraçarem esta causa, teremos dias melhores. Não adianta falar sobre isso na época de eleição, nos palanques, nos programas que lhes convêm, mas sim na luta diária, porque muitos que não tomaram conhecimento desse caso, que acharam que era balela de mulher, já choraram muito, tiveram muitas perdas. Eu sei de casos graves. Refiro-me às perdas não de vida, mas perdas da parte psicológica do seu filho ou do seu neto. Justamente aqueles que achavam graça e diziam que era balela de mulher.

Meus parabéns! Estaremos sempre nessa luta, deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada pelo aparte, deputada Ada De Luca. Realmente, o estado do Rio de Janeiro, como frisamos no início do nosso discurso, é uma questão que estava sendo alertada há muitos anos, mas, infelizmente, ninguém tomou conhecimento.

Por isso, a nossa preocupação com o estado de Santa Catarina, e estamos alertando, deputada Ada De Luca, sobre a questão da insegurança em que vivemos também em vários municípios, sobre a questão da drogadição, a exploração sexual de meninos e meninas no estado de Santa Catarina, as questões sociais, que há muitos anos os homens não querem olhar. Temos que ter respeito pelo ser humano, porque quem compõe uma cidade, um estado, uma nação são seres humanos.

Fizemos uma audiência pública nesta Casa, esta semana, porque vários funcionários, o presidente do Tribunal de Justiça e muitos promotores estão nos alertando sobre o caso do Centro de Internação Provisória, em São José, que foi fechado, onde adolescentes são tratados como marginais, e o governo do estado fecha os olhos para essas questões.

Então, não queremos que, futuramente, aconteça no estado de Santa Catarina o que está acontecendo no Rio de Janeiro, pois esta Casa aprova projetos, grandes obras, mas a maior delas, srs. deputados, sras. deputadas, é a obra humana, minha gente. Por isso, temos que sensibilizar o relator do Plano Plurianual, que vetou, inclusive, as emendas para tratamento à drogadição, para beneficiamento, para que olhe as nossas crianças e adolescentes. Não vou me calar, porque não querem dar a atenção devida agora, mas vão querer botar o Exército daqui a pouco no estado de Santa Catarina.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo concordância dos srs. líderes, o deputado Darci de Matos irá usar a tribuna em nome do Democratas, uma vez que ele não estava presente quando da ordem de chamada.

(As lideranças acquiescem.)

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, sr. presidente!

Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, gostaria de saudar os telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio Aleesc Digital.

Quero falar rapidamente sobre dois assuntos. O primeiro é a respeito do pronunciamento do deputado Nilson Gonçalves, que é pertinente, e também sobre o discurso da deputada Ana Paula Lima, porque todos nós temos um mea-culpa no que diz respeito a essa situação difícil na segurança pública do Brasil, sobretudo do Rio de Janeiro.

Penso que os municípios, os estados e a união têm que cumprir a sua parte no que diz respeito às drogas, aos armamentos. O governo federal precisa, definitivamente, cumprir a sua parte que não está cumprindo. E preciso impedir a entrada das drogas e dos armamentos pesados, deputada Ana Paula Lima, através das fronteiras

dos países, e isso cabe ao governo federal. Não estou isentando de culpa os municípios e o governo do estado, mas todos nós temos que fazer um mea-culpa, porque hoje é o Rio de Janeiro, amanhã poderá ser Florianópolis, Curitiba, Porto Alegre e assim por diante.

Felizmente, sr. presidente, o estado venceu o banditismo, esse primeiro *round* nós ganhamos. Agora, a deputada Ana Paula Lima tem razão, precisamos promover inclusão social, precisamos fortalecer a educação, dar atenção para as nossas crianças etc.

Também desejo, sr. presidente, dizer aqui, deputado Sílvio Dreveck, que apresentei algumas emendas ao Plano Plurianual, na reunião da comissão de Finanças e Tributação, hoje, pela manhã, que foram prontamente rejeitadas. E aí quero, sr. presidente, a exemplo do que os deputados, na sua grande maioria têm feito, lamentar essa estrutura, esse contexto, que diminui o Parlamento. Ou seja, não temos condições de apresentar emendas, porque todas são reprovadas. Nós ficamos numa situação difícil até de justificar para as nossas bases os pleitos que estão sendo apresentados pela nossa comunidade.

Eu, o deputado Kennedy Nunes e o deputado Nilson Gonçalves, por sugestão de v.exa., apresentamos três emendas, no valor de sete milhões cada uma, para tentarmos construir elevados na cidade de Joinville, a maior cidade de Santa Catarina, que vergonhosamente não possui nenhum. Essas nossas emendas objetivam melhorar a mobilidade urbana no município de Joinville.

Também apresentei, deputado Kennedy Nunes, tentando garantir aquela sua ideia, até para fazer justiça, porque v.exa., mesmo sendo da Oposição, convenceu o governador Pavan, que mandou para esta Casa e está com o deputado Dirceu Dresch, um projeto de lei criando um fundo destinando um percentual do Fundo Social, em torno de um R\$ 1 milhão, para a prevenção e o combate às drogas.

Parabéns, deputado Kennedy! Parabéns ao governador Pavan, que não gosta muito de mim, e não sei por que motivo, mas ele acertou. Ele mandou esse projeto acertadamente, porque precisamos vencer essa guerra da prevenção e do combate às drogas, que se constituem no grande mal desse século.

Esse problema do Rio de Janeiro deriva das drogas, que estão dizimando a nossa sociedade, sobretudo a nossa juventude.

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

A Sra. Deputada Ada De Luca - Deputado Darcy de Matos, às vezes penso com os meus botões: Até quando esse paliativo vai resolver as coisas? Porque isso é um paliativo! O governo não vai poder manter aquela força do Exército, Marinha, Aeronáutica, enfim, aqueles canhões, aquele maquinário todo que eles têm, os blindados, enfim. Por quanto tempo isso vai acontecer? Por quanto tempo? Não passa de um paliativo. Então, dizer que o governo tem o controle, para mim é balela, porque será apenas por um determinado período. As autoridades constituídas, as que vão entrar agora no próximo governo, têm que abraçar essa causa com seriedade, para não chorar logo em seguida.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Quando se tem vontade política, se resolve. O prefeito Rudolph Giuliani, em Nova Iorque, priorizou, efetivamente, deputado Vierão, a segurança pública e resolveu o problema lá em Nova Iorque.

Muito bem, quero também, rapidamente, falar aqui sobre a emenda que

apresentei que foi completamente rejeitada, como todas, infelizmente, que propunha R\$ 3 milhões para a aquisição de um aparelho de ressonância magnética para Joinville. Também apresentei outra emenda, à qual vou apresentar destaque, deputado Kennedy Nunes, e peço o apoio dos deputados, que define o percentual de um montante de R\$ 3 milhões para criar um fundo para a concessão de bolsa de estudo para o ensino técnico em Santa Catarina.

Essa minha proposição é espelhada na Lei Jorginho. O deputado Jorginho Mello foi inteligente, foi ousado, eis que quando governador apresentou um projeto de lei consignando R\$ 10 milhões para o ensino superior.

Agora, Santa Catarina tem três fundos para o ensino superior, o que é muito bom. Os arts. 170 e 171 da Constituição Estadual e a Lei Jorginho, mas para o ensino técnico não temos um real sequer. Temos que criar um programa como o ProUni para o ensino técnico no estado de Santa Catarina. Esse é o objetivo de minha emenda no momento em que for discutido e votado o Plano Plurianual neste Plenário. Vou apresentar, em destaque, essa emenda, e estou colhendo assinaturas para darmos amparo aos filhos dos trabalhadores carentes de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Gostaria de lembrar a todos que hoje comemoramos o Dia Mundial de Luta Contra a Aids e relembrar que o estado de Santa Catarina notificou o primeiro caso em 1984 e que até hoje temos notificados 23.333 casos de doentes. E o que me deixa em estado de alerta, e tenho que alertar a todos os catarinenses, é que a maioria dos infectados, sr. presidente, sras. deputadas, são os heterossexuais.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até 19 minutos.

Temos uma contingência no horário dos Partidos Políticos que, regimentalmente, pode ir até as 16 horas. Então, v.exa. tem 12 minutos para nos brindar com as suas belíssimas palavras.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, gostaríamos de falar um pouquinho do nosso trabalho. Há 20 anos estamos batalhando, colhemos um pouco de frutos e o restante está aí para ser colhido ainda, que é a questão da BR-101.

Eu alertei, por várias vezes, que a obra não estava sendo executada com a qualidade necessária por algumas das empreiteiras. E, agora, já está sendo cotada a obra de recuperação desse asfalto. A obra nem foi entregue ainda e já está sendo cotada para reforma.

O mesmo ocorreu quanto à questão do pedágio, não em relação ao valor, mas quanto ao fato de cobrar pedágio sem ter a obra concluída. Qual a razão da cobrança de pedágio? A manutenção da estrada, a sua

ampliação e o seu melhoramento. Agora, se a BR-101 não está pronta, como é que podemos cobrar pedágio? É para roubar o dinheiro do povo!

Fizemos cinco paralisações no local onde é cobrado o pedágio, mas depois a população de Palhoça cansou, eu fiquei sozinho na luta e não deu mais para fechar! Mas temos que parar com essa cobrança ou então engatar uma corrente num caminhão e derrubar tudo aquilo lá, porque é um absurdo tirar o dinheiro do povo, roubar o dinheiro do povo.

Nós, parlamentares, temos que defender Santa Catarina, defender toda a sociedade. E por isso não podemos aceitar esse tipo de coisa. Mas o fato é que temos hoje uma obra que era para ter sido concluída em 2009. Mas já faz dois anos que venceu o prazo das empreiteiras e elas não foram penalizadas, continuam pegando outras obras, o povo continua sofrendo e vidas continuam sendo ceifadas na BR-101.

Não tivemos sorte em duas regiões: em Araranguá/Sombrio, no Lote 29, e na região de Tubarão. Acho que o tempo que se está levando para ser construído aquele viaduto de Tubarão daria para ser construída uma cidade - e o viaduto de Tubarão não está pronto ainda.

Então, há muitos problemas. Foram licitadas, agora, empresas, e não sei onde elas estão. Existe a questão dos gargalos, como o do Morro do Formigão, em Tubarão; como o da Ponte de Cabeçadas, em Laguna; como o do Morro dos Cavalos. A ponte está pronta e sequer foi iniciada a construção do túnel.

Portanto, temos problemas e mais problemas, e o povo está pagando a conta, porque, evidentemente, tudo é feito com o dinheiro brasileiro. Se o dinheiro é brasileiro, então o povo é que está pagando a conta. Então, é preciso, sim, resgatar esse trabalho; é preciso, sim, chamar a atenção das duas empresas que ganharam a concorrência só para fiscalizar as obras.

O deputado Altair Guidi, que é engenheiro, sabe perfeitamente que lá no Morro da Fumaça, que lá em Içara, já baixou o asfalto de tal forma que não precisa mais de motorista. Já dá para andar pelo corredor - trilha feito pelo rodado dos caminhões - de uma BR que não foi entregue. Inclusive, está sendo cortado o trilha dos caminhões para fazer um novo asfalto em cima. E aí disseram que o defeito era do asfalto, que sumiu, desapareceu, baixou. O que baixou foi a estrutura, que não foi adequada para as carretas que transitam neste país.

Eu tenho razão de sobra de dizer isso porque entendo de transportes. Nós não possuímos estradas para andar com bitum com 45 toneladas em cima e com tremião com 70 toneladas em cima. Não possuímos estradas para isso, mas vão liberando cada dia mais e mais.

Então, é preciso, sim, tomar algumas medidas. Eu respondo a processos na Polícia Federal por causa daquelas paralisações que fiz, juntamente com vários companheiros. O deputado José Paulo Serafim, que não está aqui - e era para estar aqui conosco - ajudou muito, assim como outros deputados. Em Tubarão, o ex-presidente da Câmara, Ronério Cardoso Manoel, ajudou-me muito, assim como a associação comercial. As CDLs de toda a região estavam junto, acompanhando, tomando medidas e buscando alternativas para termos a BR-101 duplicada.

Paramos uma vez a BR das 6h às 16h. E por isso respondemos depois a um processo na Polícia Federal: paramos das 9h às 15h e recebemos outro processo; paramos a BR em Içara e respondemos a outro processo; trancamos a estrada em Palhoça e recebemos

outro processo. Mas se não fosse assim, as obras não teriam saído do papel; se não fosse assim, não haveria nem projeto de engenharia.

Este é o Brasil, e precisamos tomar algumas medidas para que as coisas aconteçam. Nós temos problemas de toda ordem. Eu participei de três ou quatro reuniões no Rio Grande do Sul. Estive em Três Cachoeiras, em Terra de Areia e em Osório participando de reuniões. Perguntaram-me se eu ia transferir o meu título para lá para ser candidato no Rio Grande do Sul. E respondi que a luta é pela BR-101, porque não adianta estar pronta em Santa Catarina e não estar pronta no Rio Grande do Sul. A luta precisa ser coletiva, como fazem os deputados pela BR-470 e pela BR-282.

A cada campanha é uma promessa, mas quando termina a campanha, ela desaparece. Então, é preciso, sim, que sejam tomadas medidas duras e radicais em defesa do povo. Essa é a nossa obrigação, como parlamentares.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não! Ouço v.exa., que é daquela região e tem lutado por esse objetivo, e com certeza com uma marretinha, para bater bastante. E daí ou o cabo quebra ou conseguimos a obra.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Nobre deputado, quero parabenizar v.exa., que traz um assunto muito importante a esta tribuna.

V.Exa. falou dos pedágios, e quero dizer que não posso admitir que o poder público esteja fazendo a obra com recursos públicos e que o concessionário coloque o dinheiro no bolso. Quando isso acontece é saque no bolso da população.

Deputado Manoel Mota, temos uma lembrança sobre os pedágios que precisa ser registrada neste momento em que v.exa. fala disso nesta Casa. Deputado Antônio Carlos Vieira, quero me referir - e não importa qual seja o governo - à SC-401. Ela é a única rodovia em que uma empresa colocou dinheiro na frente para depois cobrar o pedágio e recebê-lo de volta. Mas até hoje ela não recebeu o que investiu. Então, isso é uma injustiça, pois se está tirando dinheiro do empresário que fez o investimento, e ainda não se pagou a obra. Se não quisermos ter pedágio na estrada, não precisamos ter. Mas, então, vamos pagar aquele empresário que investiu!

Na BR-101 é ao contrário, pois o poder público está investindo e a iniciativa privada está cobrando do povo.

Parabéns, nobre deputado!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço o seu aparte e incorporo-o ao meu pronunciamento. Sabemos que algumas pessoas que ajudaram a criar o pedágio na BR-101 deitaram na pista da SC-401 para que o pedágio não fosse concluído.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Deputado Manoel Mota, vou na esteira do pronunciamento do deputado Moacir Sopelsa e situar-me também na SC-401. Esta rodovia teve um contrato firmado com uma empresa privada para a recuperação da estrada que liga o centro da cidade ao norte da ilha de Santa Catarina, e com o propósito de que a empresa que investisse recursos cobrasse pedágio.

Foi nesta Casa que foram contra a cobrança do pedágio, mas ninguém disse para o governo nem para a empresa como seria pago o valor investido. E, pelo contrato, seria pago pelo pedágio.

Como esta Casa foi contra a cobrança de pedágio, eu acho que o deputado Moacir Sopelsa tem que nos dizer também como é que ela encontra a forma de pagar, porque o contrato previa o pedágio. Certo ou errado, o pedágio deveria ser cobrado para pagar os investimentos feitos pela empresa privada. Infelizmente, isso não aconteceu.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. nos concede mais um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Quero dizer ao deputado Antônio Carlos Vieira que a minha memória é de um tempo mais atrás. Esta Casa aprovou o contrato com a empresa Engepasa para ela realizar a obra e cobrar o pedágio. Depois se inverteu, e acho que não foi esta Casa que inverteu. Tenho plena convicção de que, no primeiro momento, esta Casa autorizou o governo a fazer o contrato.

Agora, não importa se aqui nesta Casa autorizamos e depois desautorizamos. O que precisamos é encontrar uma maneira de pagar a empresa. O governo do estado está sendo caloteiro. Há 14 anos que não paga uma empresa que fez um investimento. Ela precisa ser ressarcida.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Muito obrigado, sr. presidente e srs. deputados!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, quero dizer ao deputado Moacir Sopelsa que concordo plenamente com ele. A empresa que fez o trabalho, a Engepasa, não pode sofrer prejuízo. Agora, o que complica é que o contrato não rezava o pagamento com recursos públicos, pelo serviço prestado. O contrato rezava, sim, e foi aprovado nesta Casa, o pagamento com o pedágio! E deputado desta Casa, ou deputada, fez um bafafá para não haver a cobrança do pedágio.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que o Ofício n. 0532/2010, encaminhando o Relatório de Atividades da Associação Pedagógica Euripedes Barsanulfo, de Blumenau, referente ao exercício de 2009, foi recebido.

Nós vamos apreciar o Projeto de Lei Complementar n. 0031/2009. Mas, antes disso, gostaria de pedir, especialmente aos deputados que fazem parte das comissões de Justiça, de Finanças e de Serviços Públicos - e, se precisar, haverá novas sessões extraordinárias -, que tenhamos o debate das matérias e possamos cumprir aquilo que nos propomos quando fizemos o acordo de líderes, que é termos, na próxima semana, a deliberação dos projetos de origem parlamentar.

O que ficou entendido naquele dia foi que iríamos votar os projetos de origem parlamentar na primeira semana de dezembro. Portanto, os projetos que não forem votados na semana que vem, pelo acordo de líderes existente, salvo novo acordo que é possível ser feito, irão para arquivo, uma vez que estamos no final da legislatura.

Acho extremamente negativo que haja algum projeto de origem parlamentar que tenha interesse do deputado que tramite e que não seja deliberado, rejeitado ou aprovado, tanto na comissão, quanto no plenário.

Mas gostaríamos de fazer um apelo aos srs. deputados para que possamos, nas comissões, ver as matérias serem deliberadas, sob pena de termos a injustiça de algum deputado ter apresentado um projeto que não é do agrado de um ou outro deputado e a matéria ficar sem tramitação. Isso me parece que não é o correto para esta Casa.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, ontem fiz uma solicitação ao deputado Jorginho Mello, que estava presidindo a sessão, sobre a Ordem do Dia. E hoje novamente nós não recebemos a pauta da Ordem do Dia. Eu sei que é complicado, que demora um pouquinho, mas eu quero lembrar, inclusive, que esse projeto foi aprovado às 10h30. Agora são 16h e não me venham convencer de que das 10h30 até agora não houve condições de elaborar a pauta da Ordem do Dia! Não quero fazer nenhuma crítica a quem quer que seja, eu só acho que deveríamos ter uma pauta da Ordem do Dia para nos assessorar na decisão.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Antônio Carlos Vieira, para nós incluirmos uma matéria na pauta da Ordem do Dia temos que ter a concordância dos líderes para deliberarmos. Não é possível elaborarmos uma pauta da Ordem do Dia sem a matéria ter sido lida na sessão anterior ou sem a concordância dos líderes.

Mas é possível, nesse período em que temos sessões acumuladas nas comissões, fazermos uma Ordem do Dia prévia, que será submetida ao Plenário no início da sessão.

V.Exa. tem razão, e a partir da próxima sessão será feito dessa forma. Não era feito porque precisávamos da autorização dos líderes para fazê-lo.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Eu quero parabenizar v.exa. pela decisão, porque se adotou, sr. presidente, um novo Regimento: engavetar projetos. Eu acho isso um absurdo! Matéria vencida nos prazos terá que vir para o plenário! Eu não vou me conformar em ganhar no berro ou ganhar no engavetamento de projeto. Projetos têm que vir para plenário, sr. presidente, mesmo que sejam rejeitados! Eu tenho um ponto de vista: se for derrotado, eu me conformo. Agora, ganhar na gaveta, sr. presidente, não está correto!

V.Exa. tem toda a razão. Nós ainda temos 15 dias, e queremos fazer um apelo para que as comissões se reúnam. Eu passei a manhã inteira nesta Casa! Fui convocado, estive aqui e não havia reunião! Houve reunião somente na comissão de Finanças. As outras comissões não se reuniram, salvo a da deputada Ana Paula Lima, que se reuniu. As demais não se reuniram. Ai não dá, sr. presidente! Daí chega o final do ano e alguns ficam reclamando que a classe política está desmoralizada.

Mas é verdade: quanto a perder na gaveta, eu não me conformo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Quero deixar muito clara qual será a posição da Mesa - e falamos isso quando tratamos com os líderes -: os projetos que têm interesse dos deputados que tramitem serão deliberados, seja na comissão ou no plenário.

No entanto, se a comissão entender por diligenciar, é uma prerrogativa dela, é uma tramitação. Agora, a não-deliberação não é tramitação. Se isso ocorrer, o Plenário vai deliberar sem o parecer das comissões. Não é possível que um projeto de origem parlamentar, que tenha o interesse do parlamentar que tramite, não seja deliberado. E isso a menos que não tenha os prazos vencidos. Um projeto que seja recente, que não teve tempo para tramitar, é justificável. Agora, um projeto que tem tempo e tramitação, que tem interesse do parlamentar que seja deliberado, que não tem diligência encaminhada, virá a plenário.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, nós concordamos, no raciocínio geral, mas há algumas questões que nos estão preocupando. Aportou nesta Casa um projeto de iniciativa popular, com 45 mil assinaturas, que discute Defensoria Pública. Já foram feitas dezenas de audiências públicas no interior do estado, e ele foi fruto disso, dessa mobilização. E cabe ao Parlamento decidir sobre a matéria, a favor ou contra!

Agora, quanto ao fato de fazer novas audiências públicas no interior do estado, a nossa interpretação também é de que é uma manobra, uma forma de não querer votar este ano.

Então, é preciso haver um tratamento conjunto e unificado para projetos. E nesse caso, com 50 mil assinaturas, não se precisa mais voltar a fazer audiência pública no estado para tomar a posição!

Queremos concordar com esse raciocínio geral e, ao mesmo tempo, lançar esta preocupação: a Presidência da Casa, junto com os líderes, precisa evitar que isso ocorra, porque vai terminar com 50 mil assinaturas e não se posicionando até o fim da legislatura nem a favor nem contra! Precisamos tomar uma posição. Se há um projeto que se precisa tomar

uma posição nesta Casa é esse, mesmo que seja contra!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Estará em discussão, se houver concordância dos srs. líderes, o Projeto de Lei Complementar n. 0031/2009, de procedência do Tribunal de Justiça.

Se não houver a concordância, ele entrará na pauta da próxima sessão.

(As lideranças aquiescem.)

Havendo a concordância, vamos apreciar a matéria.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0031/2009, de procedência do Tribunal de Justiça, que altera a redação do art. 33 e seu § 1º, e da alínea "h" do art. 35 da Lei Complementar n. 156, de 1997, que dispõe sobre o Regimento de Custas e Emolumentos.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA

DEPUTADO ALTAIR GUIDI

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

DEPUTADO ANTÔNIO CERON

DEPUTADO DADO CHEREM

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO

DEPUTADO DARCI DE MATOS

DEPUTADO DÉCIO GÓES

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

DEPUTADO EDISON ANDRINO

DEPUTADO ELIZEU MATTOS

DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN

DEPUTADO GELSON MERISIO sim

DEPUTADO GENÉSIO GOULART sim

DEPUTADO GILMAR KNAESEL

DEPUTADO JAILSON LIMA

DEPUTADO JEAN KUHLMANN sim

DEPUTADO JOARES PONTICELLI

DEPUTADO JORGINHO MELLO sim

DEPUTADO KENNEDY NUNES sim

DEPUTADO MANOEL MOTA sim

DEPUTADO MARCOS VIEIRA sim

DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO

DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI sim

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA sim

DEPUTADO PEDRO UCZAI

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS sim

DEPUTADO RENATO HINNIG sim

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA

DEPUTADO ROMILDO TITON

DEPUTADO RONALDO BENEDET

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES

DEPUTADO SERAFIM VENZON

DEPUTADO SILVIO DREVECK sim

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI

DEPUTADO VALMIR COMIN sim

Está encerrada a votação.

Votaram 21 srs. deputados.

Temos 21 votos "sim".

O projeto está aprovado por unanimidade.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença do prefeito do município de Ascurra, Moacir Polidoro. Seja bem-vindo a esta Casa!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje, às 16h10, para votarmos em segundo turno o PLC n. 0031/2009.

Está encerrada a sessão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será feita pelo painel eletrônico.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, enquanto os srs. deputados estão votando, quero fazer um apelo aos demais deputados que ainda não estão no plenário, que estão nos gabinetes despachando, no sentido de que compareçam para continuarmos as votações, porque poderemos ter problemas de quórum e sem condições de deliberar, ocasionando que na última semana fiquemos aqui até meia-noite votando.

ATA DA 037ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 2010 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h10, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Antônio Carlos Vieira - Dado Cherem - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Flavio Ragagnin - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Gilmar Knaesel - Jean Kuhlmann - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopesla - Nilson Gonçalves - Onofre Santo Agostini - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem)
- Solicita a presença dos deputados em

plenário para deliberação das matérias constantes da pauta da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0031/2009, de autoria do Poder Judiciário, que altera a redação do art. 33 e seu § 1º, e da alínea "h" do art. 35 da Lei Complementar n. 156, de 1997, que dispõe sobre o Regimento Interno de Custas e Emolumentos.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta comparecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)		DEPUTADO GILMAR KNAESEL		DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	
DEPUTADA ADA DE LUCA		DEPUTADO JAILSON LIMA		DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	sim	DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim	DEPUTADO RONALDO BENEDET	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim	DEPUTADO JOARES PONTICELLI		DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR		DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim	DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA	sim	DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim	DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO ANTÔNIO CERON		DEPUTADO MANOEL MOTA	sim	DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	
DEPUTADO DADO CHEREM		DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim	DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO		DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim	Está encerrada a votação.	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim	DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO		Colho o resultado.	
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim	DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim	Votaram 22 srs. deputados.	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim	DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	sim	Temos 22 votos "sim".	
DEPUTADO EDISON ANDRINO		DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA		Está aprovado por unanimidade.	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim	sim		Esta Presidência encerra a	
DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN	sim	DEPUTADO PEDRO UCZAI		presente sessão e convoca outra,	
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim	DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS		extraordinária, para as 16h13m.	
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim	sim		Está encerrada a sessão.	
		DEPUTADO RENATO HINNIG	sim		

ATA DA 038ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 2010

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h13, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Antônio Carlos Vieira - Dado Chereim - Darcy de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Flavio Ragagnin - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Gilmar Knaesel - Jean Kuhlmann - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Onofre Santo Agostini - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valdir Cocalchini - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Explicação Pessoal

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Aborda as dificuldades para legislar.

DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN - Salienta a falta de recursos para a preservação da cultura histórica dos municípios; tece comentários a respeito de projeto relacionado ao aquífero Guarani.

DEPUTADO RENATO HINNIG (aparte) - Reporta-se ao projeto que dispõe sobre o aquífero Guarani.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Faz um balanço do Sustentar 2010.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Aborda o tema habitação.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Convida para o lançamento do livro *Outra Educação é Possível*; apela ao prefeito de São José que negocie com os servidores em greve.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Manifesta-se a respeito da visita que fez à Junta Comercial do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0031/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

(O deputado desiste.)

Com a desistência do deputado Padre Pedro Baldissera, o próximo orador inscrito é o deputado Nilson Gonçalves, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, a função legiferante, principalmente no que diz respeito ao deputado estadual, a cada dia que passa fica mais difícil. Faz-se pesquisa, procura-se atender aos anseios da comunidade, mas se acaba, como diz o cidadão do interior, tropicando no problema da inconstitucionalidade. Uma hora tropica-se na inconstitucionalidade, porque é matéria que diz respeito ao município, outra hora tropica-se na inconstitucionalidade, porque a matéria é da esfera federal. E assim vamos.

Hoje mesmo havia dois assuntos interessantes para fazer um projeto e apresentá-los nesta Casa para votação, mas não foi possível, porque há o vício da inconstitucionalidade, ou seja, o assunto tropicou, como se diz. Por quê? O deputado Silvío Dreveck e alguns outros srs. deputados, principalmente o deputado Genésio Goulart, que não está no plenário neste momento, conhecem muito bem o problema dos caminhões com vários eixos que transitam nas rodovias deste estado, porque o pedágio é pago por eixo. Quando o caminhão chega à praça de pedágio, são contados os eixos e é feita a cobrança. Mas muitos caminhões, principalmente quando estão vazios, erguem os rodados. Então, alguns chegam com dois eixos suspensos e outros com um eixo suspenso. No entanto, o pedágio é cobrado do caminhoneiro no valor do número total de eixos. E aí vem aquela pergunta que não quer calar: que despesa esse rodado suspenso está dando para a concessionária? Que dano esse rodado suspenso está causando à rodovia, se nem atrito com o asfalto há, porque as rodas estão suspensas?

Existe uma insatisfação muito grande por parte desse segmento em razão disso. O pedágio já é caro e ainda o caminhoneiro deve pagar mais por conta do número de eixos que tem o seu caminhão.

Vamos fazer um projeto de lei quanto a isso e já fomos imediatamente alertados que a lei iria tropicar, como diz o pessoal do interior, que não passaria. Então, vamos fazer uma moção e encaminhá-la à Câmara Federal. Ai tudo bem!

Havia também uma reivindicação dos motociclistas de Santa Catarina, um segmento de que faço parte. Cada vez que eles querem passar no pedágio são obrigados a ficar na fila de carros e caminhões para fazer o pagamento. E quando são atendidos, têm que tirar a luva, o capacete, abrir o zíper da jaqueta, procurar a carteira, pagar e depois colocar novamente a luva, o capacete e ligar a moto para sair. As pessoas que estão atrás ficam irritadíssimas, mas muito mais irritados ficam os motociclistas que têm que fazer isso tudo rapidamente.

Então, a idéia é que essas praças de pedágio tenham um local apropriado para atender aos motociclistas, ou seja, que sejam atendidos não exclusivamente, mas preferencialmente. Eles passariam na frente dos carros e já se encaminhariam à cabine. A preferencial seria para eles. Como acontece nesses caixas de supermercados, onde há preferencial para idoso. Já me deu uma vontade danada de fazer uso da preferencial, por conta dos meus 60 anos, mas, cada vez que eu vejo a placa dizendo preferencial para idoso, para gestante e não sei mais o que, olho para mim e desisto. Prefiro assim, mesmo sujeito a enfrentar fila em outro lugar.

É uma sugestão, uma idéia, uma iniciativa que viria em benefício de muita gente que transita nessas rodovias. Mas também não posso fazer nada aqui porque é inconstitucional. Teria que mandar uma moção para o Congresso Nacional para que fosse deliberasse lá. Mas já fiquei sabendo que nem adianta mandar a moção também, porque a concessionária é regida por um contrato e não abre mão de uma vírgula desse contrato. Estou para ver coisa igual. Tanto é verdade que aqui, no meio da Grande Florianópolis, há um pedágio. E acho um verdadeiro absurdo as pessoas terem que ir para casa, transitar por lá de três a quatro vezes ao dia e pagar pedágio. E não há cristão que convença essa concessionária a mudar sua opinião em relação a isso.

Então, está ficando difícil legislar, como deputado estadual, na sua plenitude. O deputado Vieirão sabe disso e prefere mil vezes estar no Executivo, pois lá faz as coisas acontecerem. Aqui, não pode isso, porque diz respeito ao município, não pode aquilo, porque diz respeito ao governo federal. Chega uma hora em que você não sabe mais o que dá para fazer. Essa é a grande verdade.

Antes os prefeitos ainda procuravam os deputados para, pelo menos, acompanhá-los em audiência com o secretário "a" ou "b" ou até mesmo com o governador e tudo o mais. Hoje, com a criação das secretarias regionais, nem isso acontece. Hoje, os prefeitos e vereadores passam por você e mal cumprimentam: "Olá, tudo bem!" Não estão nem aí, porque vão diretamente às secretarias regionais. É lá que eles tratam, conversam, tomam cafezinho, reivindicam. E o deputado estadual está aqui. Somos 40 deputados, com uma assessoria enorme, uma logística enorme, e estamos restritos, muito restritos em nossas ações como representantes da população.

Essa é a grande verdade! Não adianta nós querermos fugir dela. Essa é a grande realidade! Estou indo para o meu quarto mandato. Quantos projetos de minha autoria foram aprovados nesta Casa que estão no fundo de alguma gaveta por aí, que não foram cumpridos. São projetos aprovados. Trata-se de lei, mas estão dormindo em alguma gaveta por aí e ninguém está nem aí. Um deles obriga o governo do estado a fazer o mutirão de cirurgia de catarata todo ano. É um projeto de lei aprovado, deve ser cumprido, mas não é.

Essa é a grande verdade! Mas eu não desanimo, tenho mais quatro anos ainda para imaginar uma porção de coisas que venham beneficiar à nossa população.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, em Explicação Pessoal, o eminente deputado Flavio Ragagnin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN - Telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, sr. presidente, srs. deputados e pessoas presentes nesta Casa, eu quero fazer um agradecimento ao município de Ipumirim. Estivemos no último domingo visitando o rodeio crioulo, um conagraçamento tradicionalista que ocorreu no município.

Foi uma festa muito importante, muito grande, e, por isso, quero agradecer a receptividade do prefeito Valdir Zanella, do presidente da Câmara Municipal, do vice-prefeito, que estiveram presentes.

Quero salientar também a importância desses eventos, uma vez que lá se reúnem pessoas de todos os municípios da região, mais precisamente do extremo oeste de Santa Catarina, do oeste catarinense, do alto do vale do rio do Peixe, do alto Uruguai catarinense e do alto Irani. É um conagraçamento importante, pois ajuda a preservar a cultura e as tradições do estado de Santa Catarina.

Devemos salientar a importância da cultura do estado de Santa Catarina, do Museu Fritz Plaumann, da casa colonial de diversos municípios que mantêm a tradição da cultura do oeste catarinense, dos imigrantes italianos, dos alemães, enfim. Mas também devemos salientar a falta de recursos para que tudo isso possa ser conduzido, mantido e melhorado.

Eu vejo, e tenho recebido em algumas audiências também, representantes de muitos municípios que percorrem os gabinetes dos deputados estaduais pedindo recursos para eventos. Acho que isso deveria ser fortalecido principalmente pela secretaria da Cultura, Esporte e Turismo do estado de

Santa Catarina. Há de se fazer esse registro, essa solicitação, uma vez que temos que manter as tradições, as nossas histórias, pois um povo sem história é um povo sem memória, é um povo morto.

Dessa forma faço um apelo ao governo de Raimundo Colombo para que se pense bastante sobre a cultura dos municípios, suas tradições e história.

Eu também quero salientar a presença, hoje, dos vereadores do estado de Santa Catarina nesse congresso de vereadores, em Florianópolis, onde estivemos presentes.

Gostaria de fazer menção à presença do presidente da Câmara Municipal de Seara, Ernesto Gomes, à presença do vereador Renato Tumelero, do vereador Gerson Brusamarello, do vereador Flávio Zolett e da vereadora Mari Bebin, bem como saudar todos os vereadores do estado que estão presentes.

Vi a manifestação da direção da Uvesc, que realmente me deixou bastante impressionado, pela organização. Acho que os vereadores estão cada vez mais sendo valorizados, no que tange a fiscalização municipal.

Muitas vezes passam prefeitos por esses municípios afora, neste estado, que são taxados de negligentes, de irresponsáveis, mas eu penso que uma Câmara de Vereadores bem estruturada, bem organizada, bem pensada, ela faz com que o prefeito faça o seu trabalho muito tranquilamente. Então, quero salientar a importância do vereador, parabenizando todas as Casas Legislativas de Santa Catarina, uma vez que nós temos o maior respeito por todos eles. O vereador no município, o deputado estadual no estado catarinense, nos estados brasileiros, têm uma importância muito grande, por isso quero parabenizar os nossos vereadores.

Ontem eu estive na apresentação de um projeto no alto Uruguai, relacionado ao aquífero Guarani, uma iniciativa dos deputados Renato Hinnig e Dirceu Dresch. Estive lá acompanhando, pois me interessou muito o caso, uma vez que atinge o oeste de Santa Catarina, especialmente o alto Uruguai catarinense.

O deputado Renato Hinnig esteve lá com a sua equipe, também o engenheiro, ou quem está acompanhando o projeto, desenvolvendo o projeto, que eu acho de fundamental importância. Até quero chamar a atenção de todos os parlamentares para a importância desse projeto. Uma vez que nós sofremos, o oeste de Santa Catarina sofre muito, porque lá o agricultor muitas vezes é penalizado pela poluição.

É preciso que se faça um estudo aprofundado do que significa a poluição das águas, do que é o aquífero Guarani. Qual a fundamentação, onde está o aquífero Guarani, onde é a fonte do aquífero, onde verte a água, onde ele é abastecido, como é abastecido; portanto, a importância que tem esse projeto para o nosso aquífero Guarani, que é o maior lençol de água subterrânea que existe no mundo. Nós estamos debruçados em cima do ouro branco.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - V.Ex.a me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN - Pois não!

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Deputado Flavio, agradeço a sua manifestação a respeito desse assunto. De fato a Assembleia Legislativa está de parabéns porque tomou a frente, há muitos anos, nessa questão do fórum do projeto do aquífero Guarani.

Eu tive a honra de nesta legislatura presidir esse fórum que conseguiu, pelo trabalho que realizou, de muitas reuniões pelo

interior do estado, com as entidades envolvidas nesta discussão, e numa articulação que fez junto com a Assembleia do Rio Grande do Sul, conseguimos sensibilizar um banco japonês que aportou recursos através do BID, a fundo perdido, o valor de US\$ 1,2 milhão, para que fosse feito um levantamento de dados e um plano de desenvolvimento sustentável para toda bacia do rio Uruguai.

E, agora, na data de ontem, realizamos este seminário para apresentar o resultado desse trabalho, que é um plano muito bem elaborado, que vai permitir ao estado de Santa Catarina contrair um empréstimo no BID, no valor de US\$ 360 milhões, para ser aplicado em saneamento básico, recuperação de matas ciliares, ao longo de trecho do rio Uruguai, em todos os municípios. Também investimento em ferrovias e em oportunidade de geração de trabalho e renda, com desenvolvimento sustentável.

Portanto, uma oportunidade excelente de investimento para o estado de Santa Catarina, principalmente nessa questão de salvaguardar esse investimento tão importante que é a água potável para beber.

O oeste catarinense merece isso, e nós vamos fazer todo o esforço para que o governador Raimundo Colombo compre essa idéia e assine esse empréstimo junto ao BID, para fazer esse investimento importante que vai atender à sua querida Seara e a outros municípios do oeste de Santa Catarina.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN - Muito obrigado, sr. deputado Renato Hinnig.

Eu quero salientar de que como parlamentar ou como cidadão eu estou inteiramente à disposição para que esse projeto vá adiante e que tenhamos esse resultado. Porém, saliento também, srs. deputados, que o objetivo desse projeto, além de preservar as nossas águas, além de preservar o nosso meio ambiente, é fazer com que nós possamos saber o que fazer, onde investir, qual é o futuro e qual é o caminho que nós podemos seguir.

De qualquer forma quero concluir dizendo que esse projeto é importante, porque vai abrir caminhos para o desenvolvimento do oeste, para sabermos o que podemos fazer, onde investir, como investir e quais as perspectivas.

Porém, quero antes de terminar essa legislatura, ouvir claramente uma explanação e preciso disso, inclusive irei provocá-la, do deputado Pedro Uczai quanto à Rodovia do Frango. Nós precisamos de um esclarecimento, tomar conhecimento de toda essa obra, para que possamos analisá-la, porque nós estamos pensando de que o alto Uruguai catarinense, o eixo Chapecó/Seara/Concórdia, deve ser repensado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - O próximo orador inscrito para falar em Explicação Pessoal é o sr. deputado Pedro Uczai, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, srs. deputados, quero inicialmente me manifestar aqui sobre a viagem que fizemos a Portugal para participar do quarto evento do Sustentar.

No Brasil ocorreram os três primeiros eventos. Em Florianópolis a primeira e a segunda edição, a terceira edição em Chapecó e a quarta edição na cidade de Moura, em Portugal, onde está instalada a maior central fotovoltaica do mundo, com uma fábrica de painéis fotovoltaicos. E tem uma empresa pública municipal, chamada Lógica, que montou

um laboratório de avaliação e de certificação dos painéis fotovoltaicos.

Nós, pensando no futuro de Santa Catarina, primeiramente temos que produzir na economia alimentos e outros produtos do ponto de vista econômico. E Santa Catarina pode se transformar em referência cada vez maior na produção de alimentos.

Em segundo lugar, Santa Catarina pode se tornar referência em produção de energia limpa, energia renovável. Por quê? Porque na área de energia eólica nós temos um potencial muito grande em Santa Catarina, como no Rio Grande do Sul ou nas regiões do nordeste, com possibilidades de geração de 300 *gigawatts* de potência.

Na energia solar temos muito sol, evidentemente que menos do que o nordeste, mas temos uma grande capacidade de geração de energia a partir do sol. Temos água, biomassa, portanto, temos condições de transformar o nosso estado também em referência em produção de energia limpa.

Nessa viagem nós conseguimos encaminhar um protocolo de intenções que visa primeiro transferir da Europa o laboratório que vai fazer a análise e avaliação da energia solar dos painéis produzidos aqui no Brasil. Em segundo lugar, visa à possibilidade de implantação de pelo menos duas fábricas, produtoras de painéis fotovoltaicos aqui para Santa Catarina. Inclusive, muitos dos senhores acompanharam, durante esta semana, que Pernambuco anunciou a primeira fábrica do Brasil que vai produzir 120 *megawatts* de potência em painéis fotovoltaicos em energia solar; vão investir 350 milhões de dólares.

Santa Catarina precisa ser também protagonista nessa área. E aí articulamos nessa experiência de três anos que as universidades e as empresas privadas de Santa Catarina - Universidade Federal da Fronteira Sul, Instituto Federal de Santa Catarina, Embrapa, Udesc, UnoChapecó, Unoesc, Uniarte, UnC - juntamente com a Celer e empresas privadas, para constituir um centro científico e tecnológico.

No dia 10 de dezembro daremos esse grande passo com a assinatura do protocolo. E queremos, se houver consenso, deliberar sobre o estatuto dessa nova entidade, que vai constituir em Santa Catarina um centro científico e tecnológico em energias renováveis, com a possibilidade já de abrigar o laboratório que conseguimos encaminhar ao Orçamento da União, de R\$1 milhão. Então, em 2011, já teremos do governo federal R\$ 1 milhão para começar a implantar o nosso centro científico e tecnológico em Santa Catarina.

Queria fazer este registro para mostrar a importância desse evento do qual participamos, juntamente com a equipe técnica da Assembleia Legislativa, da comissão presidida pelo deputado Silvio Dreveck, de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, com o presidente da comissão de Turismo e Meio Ambiente, deputado Dirceu Dresch, com o deputado Décio Góes, especialistas, pró-reitores, professores e pesquisadores da delegação brasileira, em Portugal.

Foi uma extraordinária experiência; foram novos passos e novas alternativas. Paralelo a isso, junto com a produção de alimentos, junto com a produção de energia limpa e renovável em Santa Catarina, com a produção de ciência e tecnologia neste estado, nós também, deputado Flavio Ragagnin, temos consciência da importância de montar a infraestrutura necessária para o desenvolvimento, como a infraestrutura portuária, a infraestrutura rodoviária e também a infraestrutura ferroviária. Consequentemente os

projetos de ferrovia precisam estar na pauta e na agenda deste Parlamento.

Com o pedido do líder da nossa bancada, deputado Décio Góes, estamos avançando num acordo com o próprio relator do PPA, para incorporar não o ideal de uma emenda de 20 a 25 milhões que vão compor a parte societária do estado de Santa Catarina junto com o estado do Paraná, do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso do Sul, mas pelo menos R\$5 milhões, para serem incorporados ao PPA, para em 2011 iniciar a construção do projeto da Ferrosul.

Paralelo a isso já temos R\$42 milhões garantidos no projeto básico de engenharia de Itajaí a Chapecó. E no próximo ano também terá o edital que vai consolidar os estudos de Dionísio Cerqueira até Itajaí.

Portanto, esses projetos são fundamentais e decisivos, para que este Parlamento possa dar um passo importante e fundamental na incorporação da Ferrosul como uma prioridade principalmente para o setor agroindustrial, para o setor que importa insumos, que converte em carne e proteína animal, que é o insumo do farelo de soja e de milho, que em grande parte tem que importar dos nossos estados vizinhos.

Será por ferrovia que virá mais barato, mais seguro, ambientalmente sustentável, vai manter as empresas em suas regiões, atrair novos investimentos e também melhorar a situação das rodovias catarinenses.

É nesse contexto que quero manifestar essa posição, concessão. A princípio, o projeto da ferrovia da integração vai ligar Itajaí, Blumenau, Rio do Sul, Curitiba, Joaçaba, Herval do Oeste, Xanxerê e Chapecó, margeando, pelos estudos preliminares técnicos que teria menor custo econômico, as BRs 470 e 282. Inclusive, o projeto básico de engenharia que está fazendo estudo aéreo fotogramétrico para definir o traçado pode sofrer alguma alteração.

Em segundo lugar, vai recuperar a Ferrovia do Contestado, de Joaçaba a Piratuba. Piratuba poderia ter um ramal para Concórdia e desse município a Seara. Não precisaria ter um ramal ferroviário de Chapecó a Seara, mas poderia ter um ramal ferroviário de Seara a Concórdia e a Piratuba, que é o trecho mais próximo e geograficamente, tecnicamente e economicamente poderia ser o mais viável.

Temos que discutir a nossa frente parlamentar das ferrovias, cumprir o papel de articular democraticamente por consenso os debates que estão acontecendo nas regiões.

Na condição de deputado federal eleito quero lá no Congresso Nacional, a partir de fevereiro, continuar coordenando a frente parlamentar das ferrovias, para ouvir as comunidades, os setores econômicos, sociais e políticos, para que possamos construir o melhor projeto para o desenvolvimento do nosso estado.

Precisamos de uma espinha dorsal para definir velocidade não só do transporte de carga, mas também de passageiros e quem sabe um dia possamos sonhar que essa ferrovia possa nos ligar até Resistência, na Argentina, e Antofagasta, no Chile, porque aí sim poderemos fazer a integração planetária no oeste catarinense e nosso estado ser contemplado com um menor custo de transporte, exportação e importação dos produtos, principalmente dos países asiáticos e da parte norte dos Estados Unidos e do Canadá.

É nessa direção que poderia dar uma economia de 20 a 25 dias, ou seja, os produtos que saíam de uma empresa de Seara para os Tigres Asiáticos economizariam de 20 a 25 dias, se fossem exportados por Antofagasta.

Quero fazer essa manifestação de prestar contas do grande evento que ocorreu em Portugal e agradecer as presenças dos deputados Dirceu Dresch e Décio Góes que também lá participaram.

Estamos dando os passos concretos para Santa Catarina se transformar em referência nacional e internacional em energia limpa e renovável.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Esta Presidência registra com satisfação a presença do vereador de Maracajá, Rosalino Augusto Dalmolin, nosso candidato a prefeito no último pleito. Seja bem-vindo a esta Casa.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente e srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, vereadores que estão participando do Congresso de Municípios de Santa Catarina, coordenado pela Uvesc, quero falar sobre o tema habitação.

Hoje pela manhã participei do seminário da Fecam sobre habitação e ouvi a fala da diretora da Cohab, que me surpreendeu. E desejo comentar sobre isso na nossa emenda ao Orçamento do estado.

Antes disto quero parabenizar a nova entidade criada em Chapecó na segunda-feira, que é a Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar. Essa entidade vai aglutinar um conjunto de experiências na área da comercialização dos agricultores e organizar os agricultores familiares, as pequenas agroindústrias, para terem acesso ao mercado dentro e fora do estado, à alimentação escolar, ao programa de aquisição de alimentos, que dão oportunidade para os agricultores agregarem valores e melhorar sua renda.

Então, quero parabenizar aqui o Jair Niero, de Concórdia, que assumiu a coordenação da cooperativa, as organizações, a Associação de Pequenos Agricultores de Concórdia - Apac, que foi um das articuladoras dessa cooperativa, algumas entidades, como a Fetrat-Sul, e outras organizações e cooperativas de leite que estão organizando e articulando essa cooperativa.

Em segundo lugar, deputado Pedro Uczaí, espero que os deputados estaduais tenham sensibilidade ao tratar o nosso projeto de lei que visa ampliar os recursos do Fundo Social para as Apaes. Cerca de R\$ 300 milhões em recursos estão sendo pulverizados pelo estado agora, porque as Apaes do nosso estado estão prestando um extraordinário serviço às comunidades.

Por isso, nós apresentamos esse projeto para fortalecer essas entidades, que é um recurso do Fundo Social. Há expectativa de que ele de fato cumpra a sua função social, porque as Apaes estão fazendo esse serviço com os nossos excepcionais.

Assim sendo, esperamos que na terça-feira os colegas parlamentares tragam a este Parlamento para discutir, votar e aprovar esse projeto tão importante, que amplia de 1% para 2% os recursos destinados às Apaes do nosso estado.

Eu, agora, vou falar sobre habitação. Eu fico surpreso quando escuto o discurso do governador eleito dizendo que quer atender às pessoas. E hoje, pela manhã, eu estranhei muito quando a secretária e diretora da Cohab de Santa Catarina, Maria Darci Mota Beck, fez a sua apresentação e disse que a emenda da nossa bancada e de mais 21 deputados que assinaram, que foi aprovada e sancionada e não tem ação na Justiça, é inconstitucional.

Ela, que é mais interessada que o estado, deputado Flavio Ragagnin, que invista recursos na habitação. Ela, que atende aos prefeitos que estão vindo reclamar, aos vereadores, à população, às entidades, sempre diz que não há dinheiro. Tanto é que no ano passado, em 2009, nós tínhamos uma previsão no plano de habitação do estado de construir 1.482 unidades habitacionais. Sabe quantas casas o governo construiu com o seu Orçamento? Ele construiu 387 casas, num estado que tem um déficit de 200 mil habitações.

Então, deputado Padre Pedro Baldissera, nós tratamos de fazer aqui algumas emendas ao Orçamento. Temos novamente somente R\$ 29 milhões, sendo que desse montante 25% vão de fato lá para a ponta, para serem construídas casas, para a regularização fundiária, para investimentos e o restante para manter a estrutura. Assim sendo, nós temos em torno de R\$ 12 milhões para serem aplicados em habitação no estado de Santa Catarina.

A emenda constitucional que nós fizemos, que foi aprovada e sancionada, remete mais de R\$ 100 milhões, porque é 1% da arrecadação do Orçamento do estado, que deveria estar sendo, necessária e constitucionalmente, aplicado em habitação popular, mas não é o que está acontecendo.

Eu quero dizer que nós vamos brigar por isso. Se precisar ir ao Ministério Público, à Justiça, nós iremos, para defender que o estado de Santa Catarina aplique recursos na habitação popular. Porque é lei, é constitucional e vamos cobrar isso!

Importantes na apresentação do seminário de hoje, srs. deputados, foram os municípios. Várias associações de municípios já criaram documentos, *folders*, eis que todos os municípios estão fazendo o seu plano de habitação de interesse social.

É uma exigência do plano nacional que foi construído, com a participação ativa da sociedade brasileira, que todos os estados, inclusive o nosso estado, têm que construir o seu plano de habitação. E todos os municípios precisam ter os seus planos para poder acessar aos recursos do governo federal.

Neste governo o presidente Lula criou, dentro do PAC, o programa Minha Casa, Minha Vida para construir um milhão de casas. E a ex-ministra e agora presidente eleita da República, Dilma Rousseff, assumiu o compromisso de construir dois milhões de casas.

Será que o governador Raimundo Colombo está esperando que todo o dinheiro venha do governo federal para não colocar dinheiro no Orçamento para construir as casas do nosso povo catarinense? Será que é essa a expectativa, para não deixar passar no relatório do Orçamento do ano que vem a nossa emenda que propõe mais recursos para a habitação? Com que dinheiro o próximo governador vai fazer habitações populares no nosso estado? Essa é a grande pergunta.

Isso me preocupou, hoje pela manhã, no seminário da Fecam, ocasião em que o governo do estado apresentou a sua proposta. Parece que a espera é que o dinheiro venha do governo federal para a Cohab e aí sim o governo do estado vai lá, faz toda a política e diz: "Nós é que estamos fazendo".

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Dirceu Dresch, quero cumprimentá-lo e dizer que continue nessa luta, porque habitação é fundamental e vital para as famílias catarinenses.

Segundo, v.exa. denuncia de um lado o discurso e de outro lado não se viabiliza o que tem sido feito em forma de discurso, inclusive em campanha eleitoral. Então, cada vez mais se desnuda a não-prioridade com o social, a não-prioridade com políticas estratégicas de cidadania em Santa Catarina.

Em outras emendas, o deputado Moacir Sopelsa, que acompanha o setor agroindustrial, o setor sanitário, sabe disso, não chegam a R\$ 800 mil os recursos para sanidade animal. Como é que vamos proteger o estado livre de febre aftosa e com exportação para os Estados Unidos com R\$ 799 mil? Acho que é uma coisa lamentável, porque se faz um discurso, mas a qualquer momento poderemos ter problema e não vamos resolver.

Em terceiro lugar, quero cumprimentar v.exa., que trouxe bem clara aqui a formação da cooperativa central chamada Sabor Colonial. Então, quero também cumprimentá-lo por essa iniciativa e dizer que haverá muitas lutas pela frente. Mas continue nessa luta, pois habitação é fundamental.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Obrigado, deputado Pedro Uczai.

Quero dizer para a secretária e diretora da habitação da Cohab, Maria Darci, para os srs. deputados e para o governo que nós vamos continuar nessa luta. Estamos indo por um caminho, no Brasil, de criar um direito constitucional de moradia para as pessoas, porque as pessoas ainda não conseguiram ter uma casa digna para morar.

Está tramitando a emenda constitucional que destina 2% do Orçamento da União para a habitação. Logo teremos esse projeto aprovado, com certeza, e já fizemos a nossa tarefa de aprovar aqui a emenda constitucional que determina aos estados e aos municípios que remetam 1% da sua arrecadação para a habitação popular. Ai, sim, estaremos fazendo justiça, porque o direito à moradia digna tem que ser um direito constitucional e não, como diz a diretora, inconstitucional.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Deputado Moacir Sopelsa, eu quero aproveitar a oportunidade para fazer um convite a todos os parlamentares e funcionários desta Casa, para participarem do lançamento, hoje à noite, às 21h, no *hall* da Assembleia, do livro *Outra Educação é Possível e Necessária - os desafios da educação brasileira*.

Este livro é fruto da articulação da comissão de Educação, junto com a Escola do Legislativo, mas nessa ocasião estaremos fazendo o lançamento do livro, debatendo e enfrentando as questões principais da problemática da educação do Brasil e de Santa Catarina.

Fica aqui, então, o convite registrado.

Quero registrar também que em São José está ocorrendo greve dos servidores públicos. Às vezes, isso repercute aqui, no Parlamento, e muitas vezes temos intermediado os conflitos. Gostaria que o prefeito municipal sentasse à mesa, discutisse, dialogasse e abrisse um canal de negociação. Faça então, neste momento, um apelo ao prefeito de São José, em nome do Parlamento catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Pedro Uczai, e será feito o seu registro.

Eu quero apenas dizer, deputado, que quando v.exa. falou em sanidade animal eu

fiquei com as pernas tremendo, porque a estrutura que Santa Catarina está tendo, nos últimos tempos, é tão ruim que me está pondo medo.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital, pelo *twitter* e catarinenses que estão aqui, algumas vezes utilizo esta tribuna porque acho que é o momento sagrado do parlamentar de cobrar, de exigir e de, muitas vezes, denunciar, mas dessa vez eu quero deixar registrado, nos Anais desta Casa, uma visita que fiz ao sr. Antônio Zimmerman, presidente da Junta Comercial de Santa Catarina e ex-prefeito de Guarimirim. Eu fui lá para levar o meu abraço e conhecer um pouco mais do trabalho e saí de lá extremamente contente com as informações que recebi.

A Junta Comercial é o único órgão público de Santa Catarina que tem seus documentos 100% digitalizados. E é a única Junta Comercial do Estado da Federação que tem os documentos totalmente digitalizados. São 22 milhões de documentos, sr. presidente, que estão guardados em um processo digital da própria Junta Comercial. Eu acho isso extremamente importante, porque há a garantia de se ter guardado esses documentos para o resto da vida.

Nós sabemos que quando isso não é feito digitalmente, e hoje há os *backups* aqui e ali, os documentos, por questão de tempo, acabam se deteriorando, ou por uma questão de incêndio, acabam se queimando. Mas a Junta Comercial de Santa Catarina ter 22 milhões de documentos digitalizados, deputado Pedro Uczai, é um avanço muito grande. É a única Junta Comercial do Brasil a ter 100% dos seus documentos digitalizados. E é o único órgão público estadual que tem 100% dos seus documentos digitalizados.

Isso dá ao catarinense, à pessoa que quer os serviços, que quer abrir uma empresa ou qualquer outro serviço da Junta Comercial, uma agilidade. Por exemplo, aqui em Palhoça você consegue abrir uma empresa em até 24 horas. Em Rio do Sul, em São José, isso leva mais tempo, de dois a três dias, mas esse fato de termos aqui algo tão extraordinário, um momento tão extraordinário na Junta Comercial, faz com que outros serviços possam passar a ser oferecidos aos catarinenses.

A partir deste mês que estamos entrando, dezembro, por exemplo, o cidadão poderá ter na sua casa, via *on line*, a impressão e a expedição de certidão simplificada, entre outros documentos que poderão ser requisitados, via *on line*, no *site* da Junta Comercial, sem a necessidade de o cidadão ir a um balcão pedir, fazer o protocolo e esperar alguns dias. Esse processo, agora, vai ser via *on line*.

Se a pessoa solicitar a certidão simplificada, preencher os dados necessários, automaticamente já estará em PDF aquela certidão e ela poderá imprimir em casa a certidão simplificada da Junta Comercial. Por que isso é possível? Porque vieram pessoas, como o sr. Antônio Zimmerman e toda diretoria da Junta Comercial e funcionários, que conseguiram fazer valer a ideia da tecnologia, da digitalização, essa visão moderna que existe. E eu fico muito satisfeito, porque sou apaixonado pela tecnologia. E fico muito satisfeito em saber, sr. presidente, que um serviço público como a Junta Comercial tem essa visão para o digital.

Além disso, o sr. Antônio Zimmerman, presidente da Junta Comercial,

mostrou-me algo fantástico. Eles estão para dar, nos próximos dias, o *start* de um projeto que se chama Regin Geo. É algo extraordinário! Eles conseguiram levantar todas as informações de um município, por exemplo, dividido por áreas. Se v.ex.a., deputado Flavio Ragagnin, chegar lá em Seara, sua cidade, e clicar em cima de Seara, no bairro, por exemplo, São João, esse sistema que a Junta Comercial está desenvolvendo vai dar possibilidade a v.ex.a. de saber quais os comércios e indústrias que existem naquele bairro, como também a localização via *Google Maps*. Ai, sim, a pessoa que quiser abrir um negócio no bairro São João, em Seara, vai saber que lá não há padaria, vídeo locadora ou outro tipo de serviço, por exemplo. Isso vai dar para as pessoas que queiram fazer algum empreendimento, sr. presidente, um banco de dados fantástico!

Em Concórdia ou em qualquer outra cidade dos 293 municípios, vamos chegar a esse resultado. Em qualquer bairro de Concórdia o empreendedor, clicando em cima, vai obter todas as empresas de comércio que existem naquele bairro, o que são e o que fazem, para que ele, via esses dados da Junta Comercial, veja e identifique o que possa dar lucro para ele.

Eu acho isso fantástico e vale o registro aqui de algo que está sendo desenvolvido pelas pessoas da Junta Comercial. É serviço público, sr. presidente, de qualidade, e isso é importante! Então, nós passamos a ter dados digitalizados através da Junta Comercial.

Nós temos hoje, por exemplo, o Micro

Empreendedor Individual - MEI -, e quando a pessoa se inscreve nele (quem fala muito nisso é o deputado federal Cláudio Vignatti, que é um defensor disso), automaticamente o sistema Regin estará integrado ao estado e ao município. Antes de a Junta Comercial desenvolver esse sistema, eu me inscrevia no MEI, mas o meu município não sabia que eu existia. A partir desse sistema geo, que é on-line, a partir do momento em que me inscrevo lá, o estado de Santa Catarina e o município do qual eu participo já ficam sabendo que eu existo. Isso é fantástico!

Eu defendo o estado enxuto e tecnológico que usa as atividades e essas ferramentas como esse sistema. Eu entendo que nós, parlamentares, deveremos usar mais a tecnologia, a ponto de eu, o Mizael, que trabalha comigo há dez anos, e o Jura Arruda, resolvermos, na semana passada, escrever um livro, deputado Flavio Ragagnin, como se fosse um manual de utilização tecnológica para assessores parlamentares. E v.ex.a., como mandatário, e os seus assessores poderão utilizar esse tipo de ferramenta que nós usamos, como o *twitter*, o *facebook*, o *e-mail*, ou seja, para que haja uma solução mais rápida nas coisas e para obtermos, principalmente, o resultado ao cidadão na questão da interatividade e na transparência do processo.

Eu venho aqui trazer a minha palavra de louvor a todos os funcionários da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina. Eu sinto orgulho de vir a esta tribuna dizer que vocês estão de parabéns! E o governo do estado e toda a sua estrutura devem receber

isso de vocês como uma lição através dessa visão ampla, moderna, tecnológica que com certeza dá segurança para o órgão e grande satisfação para o cidadão por poder obter em sua casa algumas certidões, alguns documentos que, através de um simples *click* no computador, poderá dar muita melhoria na qualidade do serviço prestado pelo estado.

Parabéns, mais uma vez, ao sr. Antônio Zimmermann e a todos os diretores e funcionários da Junta Comercial, por ser o único órgão do estado em que 100% dos seus documentos são digitalizados e a única Junta Comercial do Brasil a ter 100% digitalizados todos os seus serviços.

Era este o registro que eu gostaria de fazer na tarde de hoje, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Não há mais oradores inscritos.

Libre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE SAÚDE COM O OBJETIVO DE DEBATER A ALTA COMPLEXIDADE EM PEDIATRIA NO HOSPITAL PEQUENO ANJO DE ITAJAÍ, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ EM 22 DE NOVEMBRO DE 2010, ÀS 9H.

Aos vinte e dois dias do mês de novembro de 2010, às 9h, em Itajaí, por iniciativa da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública autoridades públicas e a sociedade civil organizada com o objetivo de debater a Alta Complexidade no Hospital Infantil Pequeno Anjo. A reunião foi presidida pelo **Deputado Estadual Dado Cherem**, que abriu os trabalhos saudando a todos e agradecendo às autoridades públicas, aos representantes dos hospitais, dos médicos, dos pacientes e aos seus familiares pela presença. Também agradeceu à Amfri - Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí - por ceder o espaço no qual a audiência foi realizada. Após, compôs a mesa, com as seguintes autoridades: senhora Luzia Lourdes Coppi Mathias, Prefeita de Camboriú e Presidente da Amfri - Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí; senhor Jandir Bellini, Prefeito de Itajaí; senhor Mário César dos Santos, Reitor da Univali; senhora Dalva Rhenius, Vice-Prefeita de Itajaí; senhora Atela Provesi, Presidente do Hospital Infantil Pequeno Anjo; senhor Celso Luiz Dellagiustina, Presidente do Cosems - Conselho de Secretarias Municipais de Saúde - e secretário Municipal de Saúde de Bombinhas; senhora Maria Tereza Locks, representando o secretário de Estado da Saúde, senhor Roberto Hess de Souza; senhora Maria Izabel Pinheiro Sandri, Presidente da Associação Empresarial de Itajaí (ACII); e senhora Susi Bellini, Vereadora de Itajaí. A seguir, comentou que para iniciar uma nova caminhada é preciso dar o primeiro passo; pediu a todos que analisassem, quando se discute alta complexidade e pediatria, o que se quer para os filhos e netos quanto à saúde pública, se é continuar encaminhando os pacientes para Joinville, para a Capital, para outros Estados, ou ter atendimento na região; avaliou que condições para tanto a região tem, mencionando o Hospital de Itajaí, que está ancorado pela faculdade; temeu o futuro do Hospital, se as coisas continuarem como estão; e frisou que a região tem que ter certeza do que realmente necessita e que dispõe de profissionais dispostos a trabalhar pelo SUS. Prosseguindo, citou a presença de alguns profissionais especializados em ortopedia

pediátrica, cardiologia pediátrica, neurocirurgia pediátrica e cirurgia pediátrica e registrou a presença do senhor Arnaldo Schmitt Neto, conhecido como Dinho, representando a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Itajaí. Ato contínuo, o senhor presidente passou a palavra ao **Prefeito Jandir Bellini, do município de Itajaí**, que cumprimentou todos e parabenizou a Alesc, através do Deputado Dado Cherem, pela iniciativa da audiência pública. Manifestou a preocupação da Prefeitura quanto à saúde e à alta complexidade, assunto que proporciona inúmeros debates com a sociedade, com o Estado. Destacou que Itajaí é a cidade polo da região, com a maior densidade populacional de Santa Catarina (a região da Amfri), e lamentou que pacientes de alta complexidade tenham de ser transportados para outras cidades. Analisando que a região tem uma das maiores universidades do Estado, com o curso de Medicina entre os dez melhores do Brasil, questionou por que não fazer da cidade de Itajaí referência na área da saúde. Ainda, sinalizou que para tal é preciso apoio dos governos estadual e federal no sentido de credenciar e liberar recursos para obtenção da estrutura técnica e física, e informou que tanto o Hospital Infantil Menino Jesus quanto o Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen tem estrutura técnica e física que pode atender a alta complexidade. Logo após, informou que no decorrer da audiência a senhora Dalva explanará sobre a administração pública, uma vez que é conhecedora dessa área. Registrou o seu empenho para que a cidade tenha atendimento de alta complexidade, e complementou que, juntamente com a segurança, a saúde é o fator que mais preocupa a sociedade. Encerrando, agradeceu novamente à Alesc pela iniciativa da audiência e, fazendo menção à fala do Deputado Dado, adicionou que o pontapé inicial foi feito através da demonstração do interesse da comunidade pela resolução da alta complexidade na região. Na sequência, o senhor **Presidente, Deputado Estadual Dado Cherem**, agradeceu à imprensa pela presença na audiência, em nome do senhor Aderbal Machado, e passou a palavra à senhora Dalva Rhenius, Vice-Prefeita do município de Itajaí. A senhora **Vice-Prefeita Dalva Rhenius, de Itajaí**, cumprimentou todos, em nome do Deputado Dado Cherem e do secretário Celso Luiz Dellagiustina, salientando que suas presenças são de extrema importância para ajudar o município a trazer a alta complexidade para a região, na qual se pleiteia a ortopedia, a cardiologia e a neurocirurgia. Em seguida, leu um documento contendo a seguinte notícia: "O Hospital Infantil Menino Jesus Ltda., informando que, em função de deixar de exercer atividades hospitalares no seu atual estabelecimento, vem por meia desta

solicitar a rescisão do contrato de prestação pelo credenciado de serviços hospitalares aos beneficiários do SUS, firmado com V.Sas. em 1984". Diante do exposto, contou que o Prefeito Jandir Bellini e ela, como secretária Municipal de Saúde na época, estavam sem saber o que fazer num primeiro momento, visto que o Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen não dispunha de espaço para atender as crianças, como fazia no passado; e o deslocamento a Balneário Camboriú era preocupante para Itajaí e região. Mencionou que houve muitas discussões até chegarem à conclusão de um arrendamento do espaço físico para que o Hospital Menino Jesus transferisse os seus serviços para o município, e que nas buscas de tratativas procuraram a universidade para que pudesse administrar aquele nosocômio tão importante para Itajaí. Com isso, o Hospital Menino Jesus passou a ser designado Hospital Universitário Univali. Prosseguindo, leu o pleito do Hospital e da Secretaria de Saúde, enviado ao Estado, para que a região tivesse um hospital de urgência que atendesse as crianças e os neonatais: "Em visitação, no dia 3 de maio de 2001, à Univali, tratando de assuntos junto a Faculdade de Medicina, o Secretário de Estado da Saúde, João José Cândido da Silva, recebeu este pleito da comunidade do Vale do Itajaí, representada na oportunidade pela Secretária Municipal de Saúde, senhora Dalva Rhenius, e muito receptivo assumiu verbalmente o compromisso para agilização e implantação do referido centro terapêutico, caso a administração do Hospital Infantil Menino Jesus ficasse sob a direção da Univali". Fez essa retrospectiva para lembrar o que aconteceu no passado e que foi de vital importância para Itajaí, contando que no dia 20 de maio de 2002 assinaram um termo de compromisso entre o município e a Univali para que o Hospital fosse administrado pela universidade. Em seguida, receberam um termo de convênio entre o Estado e o município a fim de que as verbas fossem repassadas para construção, reparo e ampliação do CTI - Centro de Terapia Intensiva -, passando a assistir as crianças da região, quando em caso de emergência. Registrou que essa correspondência encaminhada ao governador também foi encaminhada à Alesc no dia 21 de maio de 2003. Por isso, parabenizou a Alesc, na pessoa do Deputado Dado Cherem, por pleitear a discussão da ampliação para a alta complexidade. Em seguida, leu que "A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, acolhendo a proposição do Deputado Dado Cherem, solicita a Vossa Excelência a adoção de soluções urgentes para o credenciamento ao SUS da UTI Pediátrica do Hospital Universitário Pequeno Anjo no município de Itajaí. Cordialmente, Deputado Onofre Santo Agostini" - isso em 28 de maio de 2003. Finalizando, novamente agradeceu pela presença a todos, agradeceu ao Deputado por trazer a discussão desse assunto, agradeceu pela presença ao Secretário, que será de vital importância para que o pleito seja feito, para que a região tenha o serviço de alta complexidade, e colocou-se à disposição de todos. O senhor **Presidente, Deputado Estadual Dado Cherem**, registrou a presença do secretário Municipal de Saúde de Porto Belo, senhor Antônio Ballester Garcia Junior; do Secretário de Saúde de Navegantes, senhor Juliano de Maria e da senhora da Edite. A seguir, apelou para a senhora Maria Izabel Pinheiro Sandri, Presidente da Associação Empresarial de Itajaí (ACII), porque é fundamental a presença da ACII nesse processo, já que a saúde não pode ser tratada como esmola e a participação do setor empresarial de uma cidade tão rica como Itajaí será de fundamental importância para a concretização desse intento. Registrou, ainda, a presença da Irmã Beverley Araújo, Diretora do Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen, e passou a palavra à senhora Luzia Lourdes Coppi Mathias, Prefeita de Camboriú e Presidente da Amfri, que iniciou o seu mandato com um hospital praticamente fechado, mas que hoje está se tornando referência em cirurgias eletivas. Por fim, salientou que quando se tem vontade e as pessoas certas nos locais corretos as coisas começam a acontecer. Fazendo uso da palavra, a senhora **Luzia Lourdes Coppi Mathias, Prefeita de Camboriú**, cumprimentou todos e registrou a importância do fato da Alesc sair da sua sede para vir até as comunidades. Argumentou que os prefeitos conseguem fazer a divisão de baixa, média e alta complexidade de emergência, mas que a população não consegue; e ressaltou que, quando uma criança de Camboriú precisa de atendimento, no máximo ela tenha que se deslocar até Itajaí, e não até Florianópolis. Em seguida, colocou-se à disposição, como Prefeita de Camboriú e Presidente da Amfri, entidade que representa onze municípios, para fazer o trabalho político necessário a fim de sensibilizar as autoridades, para que reconheçam a necessidade de trazer a saúde para perto da comunidade, porque essa atitude resolve o problema da criança e de sua família, trazendo tranquilidade a todos. [Taquígrafa-revisora: Sabrina Roberta Schmitz] Encerrando, agradeceu ao Deputado Dado Cherem pela atitude, comentando que esse tem sido o seu perfil na vida pública, e frisou que a audiência produzirá um documento importante que irá sensibilizar os governantes para que dêem condições de os hospitais manterem suas portas abertas. Prosseguindo, o senhor **Presidente, Deputado Estadual Dado Cherem**, registrou a presença da senhora Arlete, Diretora de Saúde da Univali; do senhor Mário Uriarte Neto, Coordenador da Faculdade de Odontologia; da senhora Ana Toth, representando a

Prefeitura de Itajaí; da senhora Cláudia; do doutor Deodato Cesar Casas, médico ortopedista; do doutor Cicero Tulio P. da Costa, neurocirurgião; e do Presidente do Conselho Municipal de Saúde. Feitos os registros, o senhor Presidente passou a palavra ao **Reitor Mário César dos Santos, da Univali**, que agradeceu à Alesc, na pessoa do Deputado Dado Cherem, por propiciar condições para a conversa sobre a alta complexidade no Hospital Universitário Pequeno Anjo. Mencionou o pedido do Deputado Dado Cherem à população para que fizesse uma análise da situação, ao questionar o interesse da região em relação à alta complexidade infantil. Cumprimentou todos e reportou-se à fala da senhora Dalva quando informou a trajetória histórica do Hospital Pequeno Anjo até a gestão da Universidade, a partir do 2002, na administração dos professores Edson Vilela e José Roberto Provesi. Complementou o exposto pela senhora Dalva dizendo que ao encarregarem-se do hospital assumiram a possibilidade de adquiri-lo, ou seja, dentro de cinco anos a Fundação Univali poderia adquirir o hospital, o que foi feito em 2006 com a ajuda do Estado. Agradecendo a presença da comunidade, externou, em nome da Fundação Univali, a intenção de manter todos os serviços disponíveis, sendo que para isso necessitam da força da Fundação, assim como da comunidade, das entidades de Itajaí e região, porque manter o hospital ao longo desses anos, do ponto de vista do resultado social, é uma grande vitrine para a instituição. Salientou que o serviço é prestado por profissionais dedicados e de extrema importância para a vida institucional do ponto de vista da assistência social e do filantropismo. No entanto, apontou que existem carências econômicas que precisam ser resolvidas e falou que contam com o apoio do município de Itajaí e do governo do Estado, e com maior motivação no aspecto administrativo e econômico, para que possam fazer com o que hospital atenda cada vez melhor à comunidade. Comunicou que acompanharam a diretora Átela nas reuniões do Parla-Amfri, onde ouviram depoimentos de vereadores de diversos municípios ressaltando os bons serviços do hospital e comentando que o apoio das entidades da região é bem-vindo. Por fim, falou que sabem das dificuldades econômicas dos hospitais da região; comentou o crescimento do Hospital Marieta; e pediu ao Presidente da audiência que concedesse a palavra à senhora Átela, para que ela externasse as informações técnicas do hospital. Acatando o pedido, o senhor **Presidente, Deputado Estadual Dado Cherem**, passou a palavra à senhora **Átela Provesi, Presidente do Hospital Infantil Pequeno Anjo**, que saudou os presentes e passou a ler: "O Hospital Universitário Pequeno Anjo é administrado pela Univali desde 2002. Hoje é o principal hospital pediátrico para a região da Amfri. Atende crianças de zero a quinze anos incompletos. Realiza atendimento mensal no pronto-socorro de urgência e emergência de 4.600 crianças; 160 cirurgias por mês; 380 internações. O Hospital Infantil Pequeno Anjo possui 93 leitos - 17 para convênios e particulares, 60 pelo SUS, 6 no pronto-socorro, 8 na UTI e 3 no centro cirúrgico. Há uma disponibilidade de 83% do HUPA (Hospital Universitário Pequeno Anjo) para atendimento do SUS. Após a reforma prevista para dezembro de 2010 o número de leitos na observação passará de 6 para 9. O HUPA conta hoje com 182 colaboradores no regime CLT, um corpo clínico formado por 51 médicos, sendo 22 deles colaboradores do HUPA, distribuídos nas seguintes especialidades: clínica, pediatria, endocrinologia, gastroenterologia, pneumologia, neurologia, dermatologia, infectologia, cardiologia e terapia intensiva. Nas especialidades cirúrgicas, cirurgia pediátrica, plástica, neurocirurgia, ortopedia e traumatologia pediátrica, oncologia, otorrinolaringologia pediátrica, anesthesiologia pediátrica, cirurgia bucomaxilo-facial. Os atendimentos realizados desde 2002, quando a Univali passou a administrar o Hospital, até 2009 foram de 360 mil crianças, sendo que pelos SUS foram 270 mil crianças. Ou seja, 75% dos atendimentos do Hospital foram pelo SUS, 24% por convênios e 1% particular. Como o Hospital Infantil Pequeno Anjo atende todos os municípios da Amfri o maior usuário é Itajaí, após são Navegantes, Balneário Camboriú, Camboriú, Penha, Itapema, Piçarras, Ilhota, Bombinhas, Luiz Alves, Itapema e Porto Belo. Mas nem tudo são flores no Hospital Pequeno Anjo. Hoje o Hospital acumulou de receitas, desde 2002 a 2009, R\$ 20 milhões e 145 mil. Despesas, R\$ 51 milhões. Déficit de R\$ 30 milhões e 92mil. O Hospital contou com recursos estaduais, sempre destinados à reforma e ampliação. Para o ano de 2010, está ocorrendo uma reforma, onde receberam o recurso de R\$ 1 milhão. Já está reformada a UTI, as unidades de internação, o centro cirúrgico, que receberá alguns ajustes e a partir de dezembro passará a receber a alta complexidade de queimados. Para o final do ano, terão a sala de observação, o processamento de roupas, necrotério, vestiário de funcionários e bloco de apoio, que abarca toda a parte de manutenção do Hospital. Em 2008, o Hospital recebeu recursos do município, no governo do Volnei Morastoni, um convênio de R\$ 50 mil por mês, que se estendeu no ano de 2009, e em 2010 passou para R\$ 70 mil por mês, para pagamento de dois médicos no pronto-socorro de urgência e emergência. Tem como parceira a Associação de Voluntárias pela Infância Saudável, que realiza campanhas, bazares, eventos beneficentes. Atualmente, há uma campanha de *call center* que ajuda o Hospital em torno de R\$ 70 mil

por mês. As despesas do Hospital hoje são com folha de pagamento, material, medicamentos e alimentação, até porque no hospital pediátrico todo paciente tem direito a um acompanhante, então o Hospital fornece toda a estrutura de hotelaria para esse acompanhante. O déficit do ano de 2010, computado até setembro, é de R\$ 5 milhões e 558 mil, o que faz afirmar que o Hospital tem boa estrutura, mas tem despesa mensal de R\$ 400 mil por mês que precisa ser equacionada. Para que o Hospital possa trazer a alta complexidade é preciso que continue o projeto de reforma e ampliação contemplado no Plano Diretor. O Hospital, hoje, não possui condições para contemplar a alta complexidade; precisaria avançar numa segunda etapa de reforma e ampliação, contando com laboratório, nutrição e agência transfusional. Fizeram um levantamento prévio em termos de materiais e equipamentos e constataram que ortopedia e traumatologia tem condições menos onerosas para iniciar o atendimento no Pequeno Anjo; em relação a recursos humanos, teria que buscar capacitação dos profissionais, contratação de psicólogos, fisioterapeutas, o que aumentaria o custo." Com a manifestação dos médicos presentes na audiência, falou que terá mais noção da viabilidade em termos de estrutura e vontade. Finalizando, agradeceu pela oportunidade e disse que o Deputado Dado Cherem sempre foi parceiro do Hospital Pequeno Anjo. Retomando a palavra, o senhor **Presidente, Deputado Estadual Dado Cherem**, justificou a ausência do secretário de Estado da Saúde, senhor Roberto Hess de Souza, que por motivo de força maior não pode estar presente na audiência. Em seguida, passou a palavra à representante do secretário de Estado da Saúde, senhora **Maria Tereza Locks**, que saudou a todos e disse que veio representando o secretário exatamente para fazer o papel da Secretaria de Estado da Saúde, que é o de ouvir e se colocar à disposição para colaborar naquilo que for possível. Lembrou que Santa Catarina é um dos três Estados da Federação nos quais as Secretarias dão incentivo financeiro para as redes hospitalares, dentro da lógica de qualificar esses profissionais. Continuando, o senhor **Presidente, Deputado Estadual Dado Cherem**, passou a palavra ao senhor **Celso Luiz Dellagiustina, Secretário Municipal de Saúde (Bombinhas) e Presidente do Conselho de Secretários Municipais de Saúde (Cosems)**, que cumprimentou todos e agradeceu pelo convite para participar da audiência. [*Taquigrafadora: Ione Terezinha Reis de Melo*] Falou que todas as decisões, políticas e técnicas, são aprovadas ou não pela CIB - Comissão Intergestora Bipartite -, que é formada por representantes dos Municípios e do Estado, todos técnicos; que as decisões tomadas sempre são de forma consensuada, pois não há voto, afirmando, por isso, ser necessário haver uma harmonia e uma parceria na Comissão para que o que for novo seja pactuado, já que tudo depende da sua decisão; e que pela sua importância quem merece os aplausos é a CIB. Também fez um cumprimento especial à senhora Ana Totti, ao seu amigo Cicero, à imprensa, na figura do jornalista Aderbal Machado, e a todos que acreditam no Sistema Único de Saúde. Traçou um breve histórico sobre o surgimento da alta complexidade no Brasil, esclarecendo que em 2002 várias portarias ministeriais, caracterizadas pela pactuação na CIT - Comissão Intergestora Tripartite - (Comissão na qual também tem assento como membro titular), deram as diretrizes para que os Estados e os Municípios pudessem agir, sendo as altas complexidades divididas em auditiva, reabilitação, cardiologia, endovascular, neurocirurgia, ortopedia e oncologia. Afirmou que atualmente existem portarias já mais avançadas e que outras necessitam urgentemente de revisão, tendo em vista que fornecem as condições técnicas, mas são necessários grandes investimentos para implantá-las, e citou outras portarias cientificamente corretas, como a da distribuição da faixa populacional para que se habilite determinada entidade, ou seja, um corte de 700 mil habitantes para o estabelecimento de uma alta complexidade em cirurgia vascular, por exemplo, somando a população de um e de outro lugar. Argumentou ser necessário que os gestores estaduais e municipais, em conjunto, realizem diversas pactuações, geograficamente possíveis, viabilizando essa implantação, e observou que fato semelhante foi feito na época em que o Deputado Dado era secretário, quando se pensou em descentralizar a alta complexidade em cardiologia levando para outros municípios, como Rio do Sul e Xanxerê, e exemplificou dizendo que em Itajaí não havia código populacional e foi conseguido, por decisão da CIB, fazer primeiro administrativamente até que se convencesse o Ministério e passar por cima da portaria. Ainda, disse que costuma afirmar que como gestores estaduais e municipais são de gestão plena, o que significa dizer que não são somente gerentes, mas planejadores e controladores, com a possibilidade de fazerem o que é melhor, às vezes até ultrapassando algumas situações, conforme aconteceu com a Portaria 95, da ortopedia, através da qual o Estado determinava apenas oito referências e foram criadas doze ou treze referências estaduais, com a aceitação pelo Ministério. De igual forma aconteceu com a neurocirurgia, que teve definida uma política diferente, consensuada com o Ministério da Saúde, sempre incentivados pelo então secretário Dado. Salientando que o necessário era analisar as questões técnicas das portarias, pois garantem que o

procedimento de alta complexidade tenha resolução, disse que o Estado de Santa Catarina era atípico por ter grandes e pequenas unidades e que era preciso fazer com que das grandes unidades, como o Marieta, passassem a fazer parte da alta complexidade pequenas unidades de apoio para fazer os procedimentos de média complexidade. Encerrando, afirmou existirem no Estado apenas cinco hospitais especializados - Lages, Itajaí, Florianópolis, Joinville, Criciúma -; que a portaria da ortopedia foi revista (teve a oportunidade de participar dessa revisão por ser membro da Câmara Técnica Nacional), ficando na decisão dos gestores estadual e municipal; e que na questão da ortopedia para o Pequeno Anjo apenas duas questões precisam ser resolvidas: o hospital apresentar as condições mínimas da portaria e o Município (o que já aconteceu), o Estado e a entidade manifestarem vontade de participar. Por sua vez, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Dado Cherem**, interrompeu o senhor Celso Luiz Dellagiustina e pediu-lhe que explicasse os tipos de cirurgia que englobam a alta complexidade, porque muitos da plateia eram leigos e não sabiam o que isso significava. Retomando a palavra, o **senhor Celso Luiz Dellagiustina** explicou que a alta complexidade da ortopedia engloba uma série de procedimentos, dentro de uma tabela que o Sistema Único define, como cirurgia de quadril, osteotomias, luxações congênitas, tratamentos cirúrgicos de escoliose. Voltando à questão da ortopedia, disse que foi modificada a Portaria 95 para 90 e que precisa apenas o hospital ter dois profissionais, um dos quais tem que ser obrigatoriamente ortopedista com formação em pediatria, apresentar algumas condições e as duas partes se manifestar, mas que o problema é financeiro, tendo em vista que o Ministério não deu dinheiro novo, sendo necessário pactuar entre município e Estado e usar a criatividade na CIB para resolver a questão. Afirmou ser necessário ter que arranjar população de referência para o Pequeno Anjo na alta complexidade de ortopedia e que a cardiologia é outra área que pode ser extremamente rápida e resolvida também no Pequeno Anjo, porque embora não exista uma portaria específica na ortopedia há um item específico na contratação dos hospitais especializados. Ainda, falou que nas outras altas complexidades não existe isso, são todas agrupadas, mas que nada impede que se possa fazer essa pactuação, como atualmente existe - a cirurgia infantil é no centro de referência Joana de Gusmão. Disse que para eles, como gestores, era essencial que a alta complexidade viesse para aquele município que se propõe fazê-la. Reportando-se à neurocirurgia, afirmou que a questão é idêntica à da cardiologia, podendo esses três itens serem rapidamente resolvidos, sendo necessário apenas pactuar de onde virá essa população, para não sair da população já referenciada. Sobre a oncologia, disse que a portaria é mais complexa, sendo necessário um estudo mais aprofundado; na questão da auditiva, a universidade já foi beneficiada, porque recentemente passou de uma unidade de referência para um centro de referência. Continuando, explicou que quem faz a alta complexidade tem que fazer também a média, obrigatoriamente, mas quem faz a média não pode fazer a alta. Observou que antevia com reais possibilidades o credenciamento sem que houvesse grandes modificações, grandes investimentos, avaliando ser necessária uma comissão para analisar tecnicamente como está o Hospital Pequeno Anjo: não tem condições de cumprir a portaria ou tem algumas pendências e se credencia com essas pendências, dando um prazo ao hospital. Afirmou que para as três áreas era apenas questão de vontade e que iniciava pela vontade do Deputado Dado Cherem, pela presença das partes e pela vontade dos profissionais em querer fazer as atividades. Já sobre a questão da oncologia, analisou que essa é uma questão um pouco mais complicada. Encerrou dizendo que estaria à disposição para esclarecer qualquer dúvida e que a vontade do Cosems é que efetivamente aconteçam as pactuações de alta complexidade, se possível até referenciando população de outros locais, pois muitos hospitais fazem a média complexidade e poderiam estar sendo aproveitados para fazer mais a alta complexidade. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Dado Cherem**, afirmou que a manifestação do doutor Celso foi importantíssima porque elucidou qual o caminho a ser seguido para que se consiga o credenciamento, e ressaltou que a resolução do problema passa muito pela vontade política e administrativa de querer fazer. Na sequência, passou a palavra aos inscritos, concedendo três minutos para cada manifestação. Fez uso da palavra o senhor **Evandro Luiz Grützmacher, neurocirurgião do Hospital Universitário Pequeno Anjo**, que agradeceu ao Deputado Dado Cherem pela sensibilidade em trazer o assunto ao debate e afirmou que a filosofia é o atendimento integral. Disse que, conforme aconteceu com a situação dos aneurismas, agora também existe o interesse do Estado em ter um atendimento de neurocirurgia pediátrica em alta complexidade e que existe a necessidade de alguns equipamentos, apesar de algumas cirurgias de alta complexidade já terem condições de ser feitas, como o caso de uma criança que nasceu com meningomielocelo. Concluiu afirmando que o serviço de neurocirurgia é solidário à iniciativa e está à disposição para o que for necessário. O próximo inscrito, senhor **José Alfonso Monestel Montoya, cirurgião pediátrico e chefe da Cirurgia**

Pediátrica do Hospital Universitário Pequeno Anjo, cumprimentou os presentes e parabenizou o Deputado Dado pela atitude de trazer à discussão a alta complexidade. Disse que há 21 anos mora em Itajaí, que presenciou as modificações que foram acontecendo na área da saúde, principalmente com o Hospital Marieta, atualmente referência na área da cirurgia cardíaca, e que nesse período muitas crianças foram operadas com cirurgias de alta complexidade no Hospital Infantil sem que para isso ele recebesse como alta complexidade - crianças com tumores abdominais, tumores torácicos, tumores cerebrais, queimadas, sem que tivessem que ser deslocadas para outros Municípios. Encerrou afirmando que há interesse nesse credenciamento, tanto que estavam presentes à audiência pessoas da neurocirurgia, da cirurgia pediátrica, da cirurgia cardíaca, porque acreditavam que o Hospital Pequeno Anjo poderia partir para a alta complexidade, mas que recursos eram necessários para a sua ampliação. Ato contínuo, o **senhor Presidente** disse que a manifestação do doutor Montoya era importante por ele ser um profundo conhecedor das dificuldades da área. Na continuidade, fez uso da palavra o **senhor Milton Santoro, cirurgião cardíaco**, que afirmou que o Hospital tem todas as possibilidades para o credenciamento, exemplificando com uma banqueta, que não consegue ficar em pé sem que no mínimo tenha três pernas, e que via na audiência pública essas três pernas manifestadas: a parte técnica, sendo suplantada pela Universidade, que assume o Hospital Infantil qualificando-o através dos seus cursos e dos seus profissionais; a carência da região manifestada pela população presente; e a força política. Ainda, disse acreditar ser uma questão de tempo a resolução da questão, que tem que ser prioridade, tendo em vista que atualmente crianças não estão sendo atendidas, apesar do esforço que vem sendo feito pela Secretaria de Estado para resolver a situação. Concluiu afirmando que a questão importante não é saber de onde vem o recurso financeiro, porque ele tem que aparecer de algum lugar, mas sim que não se pode aceitar passivamente que as crianças continuem desassistidas. Em seguida, o **senhor Presidente** perguntou à plenária se mais alguém gostaria de se manifestar. [Taquígrafa-revisora: Siomara G. Videira] A **senhora Maria Izabel Pinheiro Sandri, Presidente da Associação Empresarial de Itajaí**, desejou bom-dia a todos; comentou que, como foi provocada no início da audiência, não poderia se furtar à manifestação; e informou que a Associação Empresarial também fará parte dessa luta, afirmando que o Hospital Infantil é importante para Itajaí não só por ela morar na cidade, mas porque, tendo uma filha com 25 anos e vivenciado toda uma peregrinação em cidades e Estados, sabe o quanto se faz necessário ter esse tipo de serviço na cidade. Encerrou reafirmando o apoio da Associação Comercial Empresarial e agradeceu a todos pela presença. Ato contínuo, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Dado Cherm**, esclareceu que a força política é importante, mas que não se pode esquecer de unir à força social e econômica. Em seguida, concedeu a palavra ao **senhor Marcelo França Soares, cardiologista pediátrico do Hospital Infantil Pequeno Anjo**, que relatou que trabalha no Hospital há cinco anos, quando foi montada a UTI. Afirmou que na época não havia como realizar diagnósticos de cardiopatia, não tinha aparelhos de ecocardiograma nem aparelhos de eletrocardiográfico, mas com a ajuda da população e do Poder Público hoje possuem e, por isso, podem diagnosticar e oferecer tratamento, mas que em alguns casos é preciso transferir as crianças para hospitais de outras cidades, exemplificando a transferência de três crianças para outros hospitais a fim de operarem o coração. Continuando, analisou que o projeto da cardiologia pediátrica do Hospital possui um diferencial de outros lugares, pois quando as crianças, os pacientes da cardiologia pediátrica tornarem-se adolescentes poderão continuar o tratamento no hospital base, e isso acontece porque a equipe dos dois hospitais estão trabalhando juntas. Ainda, citou como diferencial do projeto a parceria do Hospital Joana de Gusmão, onde a equipe de cirurgia irá direcionar alguns pacientes da região para o hospital - os casos mais simples - para serem operados. Finalizando, falou que isso é importante para as pessoas que convivem dia a dia com os pacientes, porque apesar de estarem crescendo poderão continuar o tratamento na sua cidade. Em seguida, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Dado Cherm**, concedeu a palavra à **Vereadora Susi Bellini (Itajaí/SC)**, que o parabenizou pela realização da audiência. Ressaltou a importância da participação de todas as entidades, acrescentando que todas as mães precisam do Hospital Marieta e do Pequeno Anjo e se orgulham da estrutura que os hospitais têm. Comunicou que se for necessário chamará todos os onze municípios para outras reuniões e que poderão contar com os legislativos municipais. Encerrando, agradeceu a todos pela presença. Dando continuidade, o **senhor Presidente** passou a palavra aos membros da mesa para as considerações finais. A **senhora Átela Provesi, Presidente do Hospital Infantil Pequeno Anjo**, informou que o Hospital está funcionando e reiteirou a história de trabalho, coragem e dedicação de todos. Esclareceu que o hospital precisa

de parcerias e de ser estruturado para prestar serviços de alta complexidade. Ao final, comentou que é necessário diminuir o déficit que hoje cabe à Fundação Univali. O **senhor Celso Luiz Dellagiustina, secretário Municipal da Saúde de Bombinhas**, agradeceu pela oportunidade de estar representando o Consems e os gestores municipais e disse acreditar que estão criando o Sistema Único de Saúde passo a passo, discutindo e compactuando para que se consiga implantar a alta complexidade, e que essa permaneça definitivamente, ressaltando o direito de a população ter seu direito constitucional através da medicina de qualidade e em quantidade. Relatou que existem vários problemas, como o de gestão e o de subfinanciamento, os quais deverão ser resolvidos, acrescentando que os 21 anos de SUS trouxe à população brasileira o resgate da cidadania. Finalizou dizendo acreditar que irão avançar na construção do Sistema Único de Saúde. A **senhora Dalva Rhenius, Vice-Prefeita de Itajaí**, agradeceu pela presença à Assembleia Legislativa, através do Deputado Dado Cherm, em se propor a discutir as melhorias para a região, acrescentando que acha o convênio do SUS o melhor. Comunicou que o Hospital Pequeno Anjo tem problemas graves, como o seu custeio, e pediu para que o Deputado Dado os auxiliassem a ajudar o hospital, informando que a parceria com a Prefeitura, com a Univali e com outros deu certo. Explicou que hoje a Prefeitura disponibiliza R\$ 70 mil por mês em ajuda para o Hospital Pequeno Anjo, além de uma parte da estrutura em ortopedia. Ainda, comentou que numa averiguação *in loco* constatou-se que o Hospital Pequeno Anjo está apto para receber os serviços de ortopedia. Por fim, colocou-se à disposição de todos; e sugeriu que todos os prefeitos e secretários dos municípios vizinhos se reunissem e fizessem uma grande ação em prol do Hospital Pequeno Anjo. O **senhor Mário César dos Santos, Reitor da Univali**, agradeceu ao Deputado Dado Cherm pela oportunidade de discutirem essa questão; à Prefeita Dalva e a todas as gestões municipais por apoiarem a universidade e o hospital; e aos profissionais que demonstraram interesse em relação à alta complexidade na microrregião. Solicitou apoio da Secretaria de Estado da Saúde para que os orientasse a fim de melhor administrarem e minimizarem os efeitos danosos das dificuldades financeiras e que pensasse na possibilidade de encaminhamentos para que ao menos as três complexidades de alta complexidade - cardiologia, ortopedia e neurologia - pudessem ser atendidas lá. Finalizando pediu que o Deputado Dado Cherm os apoiasse e que o atendimento da alta complexidade ajudará a comunidade local e regional. A **senhora Maria Tereza Locks, representando o secretário de Estado da Saúde**, e expôs que essa Pasta vai colaborar não só em relação aos encaminhamentos da audiência como também em relação à questão dos estudos realizados dentro da Secretaria. Afirmou que se não tiver atenção primária de alta qualidade, se não tiver recursos e resolutividade na média, não adianta pensar que somente a alta vai resolver o problema da população e que vai dar suficiência financeira para as unidades hospitalares. O **senhor Presidente, Deputado Estadual Dado Cherm**, falou que muitos ali poderiam estar se perguntando por que isso não foi realizado no período em que foi secretário de Estado da Saúde, esclarecendo que desde que assumiu a Secretaria, em 2004, foi percorrido o longo caminho da interiorização, da descentralização da especialidade médica. Ainda, disse que a responsabilidade do gestor público é fazer com que a coisa aconteça rapidamente, mas com segurança, e que há quatro anos o cenário era de melhorar a capacidade física dos hospitais no interior do Estado e que foi dada preferência para aquilo que já existia, mas não tinha apoio, que era a alta complexidade para adultos no interior. Analisou que com a determinação de todos poderiam trazer a alta complexidade para a região da Amfri. Em seguida, colocou como encaminhamento a realização de uma vistoria técnica ao Hospital Pequeno Anjo para conhecerem as dificuldades; e apelou ao **senhor Jandir** e à **senhora Dalva**, através do Conselho Municipal de Saúde, para que enviassem um ofício ao secretário de Estado e ao **senhor Celso** solicitando o pedido de credenciamento dessas especialidades. Por sua vez, a **senhora Dalva Rhenius, Vice-Prefeita de Itajaí**, falou que o ofício deveria partir do Hospital Pequeno Anjo para a Secretaria e da Secretaria para o Conselho. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Dado Cherm**, disse que, se for necessário, tentarão uma audiência com os dois governadores, o atual e o que foi eleito, para que possam resolver o mais rápido possível a questão do investimento, do credenciamento e dos custos para o Hospital Pequeno Anjo. Agradecendo a todos pela presença, encerrou a audiência. [Taquígrafa-revisora: Jaqueline de O. V. Bitencourt]

DEPUTADO ESTADUAL DADO CHEREM

PRESIDENTE

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO**AVISO DE LICITAÇÃO**

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2010

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CABOS E CONECTORES DE VIDEO.

DATA: 14/12/2010 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 14 de dezembro de 2010. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 02 de dezembro de 2010.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações
*** X X X ***

ATA DA PROCURADORIA

Fábio de Magalhães Furlan - Presidente
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1755ª SESSÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dez, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1755ª sessão ordinária. Presentes os Doutores: Maria Margarida Bittencourt Ramos, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, José Buzzi, Cecília Biesdorf Thiesen, Fausto Brasil Gonçalves, Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior.

1) Processo em regime de Vista: Processo nº 2109/2010, de Humberto Machado Filho, Relator. Dr. José Carlos da Silveira, parecer aprovado por maioria voto vista Dr. José Buzzi e retirado de pauta com pedido de vista ao Dr. José Buzzi a Consulta - CL nº 816/2010, de 17/11/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Termo Aditivo ao Contrato nº 012/2007-00 - celebrado com a ONDREPSB Limpeza e Serviços Especiais Ltda.", Relator Dr. Sérgio Augusto Machado. 2) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 2375/10, de Raulino Schutza; Consulta - Ofício DF nº 202/2010 de 16/11/2010, Interessada: Ibrantina Machado - Diretora Financeira da ALESC "pagamento de auxílio funeral da ex-servidora aposentada Elyanni Marinho de Souza Santos" Consulta s/nº de 08/11/2010, Interessado: Dr. Vicente Pacheco Oliveira - Presidente da Junta Médica da ALESC "concessão de isenção do desconto do imposto de renda", e retirado de pauta pela Relatora o Processo nº 2367/10, de Fausto Brasil Gonçalves. Continuando, também retirado de pauta com pedido de vista ao Dr. José Buzzi a Consulta - Ofício CL nº 835/2010 - 26/11/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Termo Aditivo Contrato nº 007/2009-00 - VH Informática Ltda.". 3) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, aprovados pareceres por unanimidade as Consultas e Ofícios: Consulta Ofício CL nº 972/2010 - 24/11/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Termo Aditivo ao Contrato nº 052/2010-00, celebrado com a Empresa Execução, Gestão e Consultoria de Informática Ltda."; Ofício nº 331/2010/SBJ/MPSC de 24/11/2010, Interessado: Gercino Gerson Gomes Neto - Procurador-Geral de Justiça "Subvenções concedidas ao Grupo de Jovens Sempre Unidos, de Palmitos/SC; Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 12ª Região, Interessada: Miriam Martins Vieira da Rosa "Carta Aberta acerca da Lei nº 12.317/2010" e incluído extra pauta o Ofício nº 0417/2010, de 30/11/2010, Interessado Presidente da ALESC "Pensão do Ex-Deputado Genésio Goulart (Lei Complementar nº 129 de 07/11/2010, que teve o parecer aprovado por unanimidade)". 4) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 2302/10, de Luiz Marcelo Camargo; Processo nº 2303/10, de Ticiania Toniolo Tieppo; Processo nº 2306/10, de Nery José Frizzo; Processo nº 2343/10, de Tereza Paulina Back; Processo nº 2334/10, de Armando Correa de Melo Junior; Processo nº 1693/10, Interessado: Vicente Pacheco Oliveira "requerimento para preenchimento de relatório do INSS, sobre Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP"; Consulta - Interessado: Altemir Bez - Coordenador do CPSP da ALESC "Ação Declaratória nº 023.04.063218-3, proposta pela viúva de Ivonel Rogério Souza Magaldi, ex-servidor comissionado da ALESC"; Consulta s/nº - Interessada: Construtora Espaço Aberto Ltda. "concorrência nº 001/2009 - Ampliação e Reformulação Física do Palácio Barriga Verde com a Construção do Anexo Legislativo Sul", e retirado de pauta com pedido de vista a Dra. Maria Margarida

Bittencourt Ramos o Processo nº 1436/08, de Walter da Luz. 5) Relatoria da Dra. Cecília Biesdorf Thiesen, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 2378/10, de Marcia Bittencourt da Silva; Processo nº 1876/10, de Sirney Lourdes Knapp e a Consulta Ofício CL nº 1014/2010 - 26/11/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Edital, Contratação de Empresa Especializada para realizar serviços de revestimento na fachada do Palácio Barriga Verde". 6) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 2336/10, de Jamile Machado e a Consulta Ofício CL nº 954/2010 - 16/11/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Termo Aditivo ao Contrato nº 017/2006-00, celebrado com a Empresa COTRANS Locação de Veículos Ltda.". 7) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 2374/10, de Mara Lucia do Nascimento Silva; Processo nº 2207/10, de Edemir Vitor Pereira; Processo nº 2131/10, de Laerte Medeiros Nascimento; Processo nº 2358/10, de Maria do Carmo Lemos Kravchychyn, e aprovado parecer pelo Indeferimento a Consulta de 23/11/2010, Interessado: Robson Schenato - Atleta - Videira - SC "solicita patrocínio para a disputa do Campeonato de Levantamento de Peso". Continuando, o Relator deu conhecimento do parecer exarado ao MEMO nº MEMO nº 0330/2010 de 26/11/2010 "Prestar Informações na ADI nº 2010.070164-4, Requerente: coordenador Geral do Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade CECCON e Requerida: ALESC. 8) Relatoria do Dr. Dr. José Carlos da Silveira, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 2377/10, de Terezinha Rodrigues Gonçalves; Processo nº 2310/10, de Romário da Silva; Processo nº 2205/10, de Cesi José Vieira; Processo nº 2168/10, de Ademir Francisco Koerich; Processo nº 2332/10, de Celia Maria Silva e Consulta - Ofício CL nº 1013/2010 - 26/11/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Edital - aquisição de 05 unidades de luz fria e 04 unidades de Fresnel (suporte para iluminação) para uso da TVAL". Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia oito (08) de dezembro. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 1º de dezembro de 2010.

*** X X X ***

OFÍCIOS**OFÍCIO Nº 533/10****Hospital Santa Cruz de Canoinhas**

Ofício nº 122/HSSC/2010 Canoinhas, 17 de novembro de 2010.
Exmo. Sr.
Deputado Gelson Merisio
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310 Centro, Gabinete da Presidência, sala 106
88.020.900 - Florianópolis - SC
Excelentíssimo Senhor,

Atendendo às exigências previstas da Lei Estadual 15.125/2010, seguem documentos para o fim de manter o reconhecimento de utilidade pública do HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS, CNPJ 82.192.096/0001-64, com endereço para correspondência na Rua João da Cruz kreiling, 1050 Centro em Canoinhas/SC, entidade está declarada de utilidade pública pela Lei Estadual de nº 5.069 de 8 de Outubro de 1974.

Pede Deferimento.

DERBY FONTANA NETO
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 07/12/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 534/10**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SAÚDE DE CANOINHAS**

Canoinhas/SC, 01 de novembro de 2010.

Ofício 05/2010
Exmo. Sr.
Deputado Gelson Merisio
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310 Centro, Gabinete da Presidência, sala 106
88.020-900 - Florianópolis - SC
Excelentíssimo Senhor,

Atendendo às exigências previstas da Lei Estadual 15.125/2010, seguem documentos para o fim de manter o reconhecimento de utilidade pública da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SAÚDE DE CANOINHAS CNPJ 07.233.641/0001-35, com endereço para

correspondência na Rua João Tomachitz, 1446 bairro Sossego em Canoinhas/SC, entidade está declarada de utilidade pública pela Lei Estadual de nº 14.633 de 07 de janeiro de 2009.

Pede Deferimento.

WILMAR SUDOSKI
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 07/12/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 535/10

Aflodef - Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos
RELATÓRIO ANUAL 2009
MARÇO 2009

Lido no Expediente
Sessão de 07/12/10

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 381/10

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos do Bairro Querência, de São João do Sul.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos do Bairro Querência, com sede no município de São João do Sul.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Ronaldo José Benedet

Lido no Expediente
Sessão de 07/12/10

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei que visa declarar de utilidade pública estadual a Associação de Moradores e Amigos do Bairro Querência, de São João do Sul.

A presente entidade tem por finalidade a execução de programas de qualificação profissional do trabalhador e a inclusão de pessoa portadora de deficiência, no mercado de trabalho; promoção de geração de trabalho e renda comunitários, através do ensino de práticas produtivas cooperativistas e associativistas de valor cultural; promoção do voluntariado e criação de estágios entre outros.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados o presente projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 382/10

Declara de utilidade pública a Associação Cultural Nilo Panceri

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural Nilo Panceri, com sede no município de Tangará.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, a Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Romildo Titon

Lido no Expediente
Sessão de 07/12/10

JUSTIFICATIVA

A Associação Cultural Nilo Panceri, fundada em 21 de agosto de 2006, com Sede na Linha Leãozinho, do município de Tangará é uma Associação com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade o bem estar cívico, cultural, social, esportivo,

recreativo, filantrópicos e preservação do meio ambiente da comunidade do município de Tangará, incentivando aos associados desta cidade a estimular o senso cívico, comunitário, moral da comunidade de Linha Leãozinho em Tangará, sem visar recompensa financeira pessoal, estimular a eficiência e promover elevado padrão de vida.

Para que a referida entidade possa dar continuidade aos trabalhos sociais que vem desenvolvendo ao longo de seus anos de atividade, e diante do exposto, faz-se necessário o reconhecimento desta Associação na Linha Leãozinho no Município de Tangará, que tantos benefícios trarão a comunidade.

Certo de estar atendendo a vontade da população do grandioso município de Fraiburgo venho solicitar o apoio dos Nobres Pares Deputados neste Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 383/10

Altera a Lei nº 14.964, de 03 de dezembro de 2009.

Art. 1º O artigo 13 da Lei nº 14.964, de 03 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13.

Parágrafo único. O acordo devidamente transacionado, nos termos do inciso II do art. 585 do Código de Processo Civil, constitui-se em título executivo extrajudicial."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Professora Odete de Jesus

Partido Republicano Brasileiro - PRB/SC

Lido no Expediente
Sessão de 07/12/10

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

O Projeto de lei ora apresentado visa especificamente consertar erro redacional no parágrafo único do artigo 13 da Lei em comento.

Busca somente substituir a indicação do Código Civil pelo do Código Processual Civil, como diploma legal a ser utilizado para fundamentar a existência do título executivo extrajudicial. Pois, diz o art. 585, II, do CPC:

Art. 585 - São títulos executivos extrajudiciais:

I - [...]

II - a escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor; o documento particular assinado pelo devedor e duas testemunhas; o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores;

Em contrapartida, além do artigo 585 do Código Civil não apresentar incisos, a matéria de que trata é totalmente estranha ao título executivo extrajudicial, pois, determina:

Art. 585. Se duas ou mais pessoas forem simultaneamente comodatárias de uma coisa, ficarão solidariamente responsáveis para com o comodatante.

Portanto, observa-se que a intenção do legislador ao criar o parágrafo único do artigo 13 da Lei nº 14.964, de 03 de dezembro de 2009, era referir-se ao artigo 585 do Código de Processo Civil ao invés do artigo 585 do Código Civil, razão através da qual o presente projeto se faz necessário.

Submeto, assim, à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da matéria.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 384/10

Declara de utilidade pública a Associação de Diabéticos de Xaxim, com sede no município de Xaxim.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Diabéticos de Xaxim, com sede no município de Xaxim.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Marcos Vieira

Lido no Expediente
Sessão de 07/12/10

JUSTIFICATIVA

A Associação dos diabéticos de Xaxim é uma associação de direito privado, de fins não econômicos e de duração ilimitada, congregando diabéticos e comunidade de Xaxim e região.

Foi fundada em 01 de janeiro de 1996 e atua através da interação dos portadores de diabetes na região, como estabelecido no art. 3º do seu estatuto, em anexo.

Desta forma e pela natureza e caráter institucional da entidade recomendo o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei, reconhecendo sua utilidade pública para todos os fins de direito.

Por sua vez, a documentação acostada ao Projeto de Lei cumpre todas as exigências da legislação que regula o reconhecimento de utilidade pública da entidade, em especial a Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 385/10

Declara de utilidade pública a Associação Casa de Apoio "Lucilia Borges", Araranguá.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Casa de Apoio "Lucilia Borges", com sede no município de Araranguá.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
 - II - atestado de funcionamento atualizado;
 - III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
 - IV - balancete contábil.
- Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.
Sala das Sessões,
Deputado Ronaldo José Benedet

Lido no Expediente
Sessão de 07/12/10

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei que visa declarar de utilidade pública estadual a Associação Casa de Apoio "Lucilia Borges", de Araranguá.

A presente entidade tem por finalidade proporcionar abrigo e alojamento às pessoas carentes, na realização de exames, consultas e outros atendimentos na área da saúde, tanto dos pacientes como de seus acompanhantes; zelar pelo bem estar de crianças e adultos carentes, promovendo ações e projetos com este fim; acompanhar a formulação e execução de políticas públicas, voltadas ao interesse das comunidades carentes.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados o presente projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 056/10**

ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 1800

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação, o projeto de lei complementar que "Altera o art. 22 da Lei Complementar nº 412, de 2008, que dispõe sobre a organização do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina e adota outras providências".

Florianópolis, 03 de dezembro de 2010

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN
Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 07/12/10

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO E ARTICULAÇÃO
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Florianópolis,
Excelentíssimo Senhor Governador,

Tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência a inclusa minuta de Projeto de Lei Complementar que "Altera

o art. 22 da Lei Complementar nº 412, de 2008, que dispõe sobre a organização do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina e adota outras providências".

A apresentação do referido projeto tem como intuito restabelecer disposição referente ao instituto da compensação, contemplado anteriormente na legislação pertinente ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, mas não estabelecido quando editada a Lei Complementar nº 412, pertinente à organização do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina.

É importante frisar que a aprovação do projeto se faz necessária, pois servidores inativos do Estado, muito embora credores do IPREV em importâncias plenamente reconhecidas e consolidadas, estão sendo intimados a recolher ao Instituto de Previdência contribuições atrasadas. Todavia, a inadimplência não decorreu de má-fé, mas sim em virtude de mandados de segurança concedidos pela justiça local, cujas decisões foram posteriormente reformadas nas instâncias superiores de Brasília.

A importância da aprovação do presente projeto de lei complementar vem da constatação de que contribuintes que tiveram recolhimentos indevidos ou a maior, já com o direito à devolução reconhecido judicialmente e, portanto, com crédito evidenciado no IPREV, precisam submeter-se às regras dos precatórios, devendo recolher mensalmente valores ao Instituto.

Igualmente nesses casos, a compensação deverá existir, visto que os valores já foram antecipadamente recolhidos aos cofres previdenciários, sendo salutar, por isso, a compensação no recolhimento de importância correspondente a período subsequente.

Aduza-se que o art. 170 do Código Tributário Nacional taxativamente permite a compensação com créditos vincendos, vedando-a apenas na hipótese da não ocorrência do trânsito em julgado da decisão, excepcionada expressamente no art. 170-A, do mesmo ditame legal, o que não será o caso, porquanto o crédito já constará de precatório.

Cabe salientar que, embora tramite na Assembleia Legislativa o Projeto de Lei Complementar nº 0060.8/2009, é imprescindível o encaminhamento do projeto elaborado pelo Poder Executivo, a fim de evitar vício de origem.

Estes são os motivos justificadores e que legitimam o projeto de lei complementar anexo, o qual submeto à apreciação de Vossa Excelência para que, se considerá-lo oportuno e conveniente ao Estado, submeta-o à deliberação da Assembleia Legislativa.

Atenciosamente,

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR

Secretário de Estado de Coordenação e Articulação
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº PLC/0056.1/2010

Altera o art. 22 da Lei Complementar nº 412, de 2008, que dispõe sobre a organização do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 22 da Lei Complementar nº 412, de 26 de junho de 2008, passa a vigorar a seguinte redação:

"Art. 22

6º O Estado de Santa Catarina e o Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPREV ficam autorizados a efetuar a compensação de dívidas previdenciárias, desde que vencidas, devidamente apuradas pelos respectivos setores financeiros e contábeis, ainda que os créditos do sujeito passivo estejam relacionados como precatórios alimentares, que serão total ou parcialmente absorvidos pelo instituto.

§7º Nos casos de pagamento indevido ou maior de contribuições previdenciárias, devidamente reconhecidas pelos respectivos setores financeiros e contábeis ou já constantes de precatórios, o contribuinte poderá efetuar a compensação desse valor no recolhimento de importância correspondente a período subsequente.

§8º Os créditos do sujeito passivo serão apurados, no que couber, pela forma prescrita no § 2º."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN
Governador do Estado
*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 057/10

ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

OF. TC/GAP - 17811/2010 Florianópolis, 06 de dezembro de 2010

A sua Excelência o Senhor
Deputado GELSON MERISIO
 Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
 Nesta

Senhor Presidente,
 Cumprimentando-o cordialmente, tenho a satisfação de apresentar a Vossa Excelência o anexo projeto de lei complementar, e respectiva justificativa, que tem por objetivo permitir a concessão, em caráter excepcional, exclusivamente no mês de dezembro de 2010, aos servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, de valor adicional do auxílio previsto no art. 13 da Lei Complementar nº 496, de 26 de janeiro de 2010, visando apreciação por essa augusta Casa Legislativa.

Certo de contar com a costumeira atenção de Vossa Excelência e na expectativa da célere tramitação e aprovação do mencionado projeto de lei.

Cordialmente,
 Conselheiro WILSON ROGÉRIO WAN-DALL
 Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 07/12/10

ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR n. 0057.2/2010

Concede auxílio adicional aos servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica concedido aos servidores ativos e inativos quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Estado, no mês de dezembro de 2010, em parcela única, auxílio adicional ao previsto no art. 13 da Lei Complementar Promulgada nº 496, de 26 de janeiro de 2010, no valor de dois mil reais.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Florianópolis,
 LEONEL ARCÂNGELO PAVAN
 Governador do Estado

ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

CONCEDE AUXÍLIO EXTRAORDINÁRIO AOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Honra-me submeter à deliberação dessa augusta Assembleia Legislativa o anexo Projeto de Lei Complementar, que tem por objetivo conceder auxílio extraordinário aos servidores do Quadro de Pessoal, Cargos, Funções e Vencimentos dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

O presente anteprojeto de lei complementar concede aos servidores ativos e inativos parcela adicional ao valor previsto no art. 13 da Lei Complementar nº 496, de 26 de janeiro de 2010, exclusivamente para o mês de dezembro de 2010, ou seja, em parcela única, no valor de dois mil reais.

Os esforços do corpo funcional desta Corte de Contas, cuja dedicação permitiram o alcance de metas previstas para o exercício, levou o Tribunal Pleno, na Sessão Ordinária de 06 de dezembro de 2010, a deliberar pela concessão de auxílio extraordinário no mês de dezembro, como forma de prêmio, mediante parcela adicional do auxílio-alimentação concedido mensalmente aos servidores efetivos, nos termos do art. 13 da Lei Complementar nº 496/2010.

O valor adicional, compatível com as disponibilidades orçamentárias e financeiras deste Tribunal de Contas para o exercício, também não representa comprometimento em relação à Lei Complementar nº 010/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), inclusive em face da natureza indenizatória do auxílio.

Ante o exposto, submeto à apreciação de Vossas Excelências o anexo projeto de lei complementar, certo da acolhida e aprovação.

Florianópolis, 06 de dezembro de 2010
 Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall
 Presidente
 *** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 194/09

Institui a obrigatoriedade diária de divulgação de fotos de crianças desaparecidas nos noticiários de TV e jornais sediados em Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:
 Art. 1º Fica instituída a obrigatoriedade diária de divulgação de fotos de crianças desaparecidas nos noticiários de TV e jornais sediados em Santa Catarina.

Parágrafo único. Na imagem deverá constar o nome da criança e o Disque Denúncia 100.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
 SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 7 de dezembro de 2010

Deputado Romildo Titon
 Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
 *** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 004/2010

Altera dispositivos da Lei nº 13.707, de 2006, que dispõe sobre a isenção de ICMS na aquisição de automóveis por pessoas portadoras de deficiências físicas e seus representantes legais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 3º e o art. 6º da Lei nº 13.707, de 17 de janeiro de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º A isenção de ICMS de que trata o art. 1º somente poderá ser utilizada uma única vez, salvo se o veículo houver sido adquirido há mais de dois anos.

.....
 Art. 6º A alienação do veículo adquirido com o benefício da isenção antes de decorrido o prazo de dois anos contados da data específica da sua aquisição, com destino a pessoas que não satisfaçam às condições e aos requisitos estabelecidos neste diploma legal, acarretará a exigência do imposto incidente sobre o bem, acrescido de multa e juros de mora previstos na legislação para as hipóteses de fraude ou simulação, a contar da data da emissão da nota fiscal de compra.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do ano subsequente a sua aprovação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 7 de dezembro de 2010
 Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
 *** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº PL/0062.4/2010

Proíbe a realização de trotes nos estabelecimentos educacionais públicos estaduais e privados e adota outras providências.

Art. 1º Fica proibida a realização de trotes, por parte do corpo discente de estabelecimentos educacionais públicos estaduais e privados instituídos no Estado de Santa Catarina, na recepção a novos alunos.

Art. 2º Considera-se trote, para os fins desta Lei, dentre outras práticas, condutas que:

- I - ofendam a integridade física, moral e psicológica dos novos estudantes;
- II - importem constrangimento aos novos alunos do estabelecimento de ensino;
- III - exponham, de forma vexatória, os novos integrantes do corpo discente do estabelecimento de ensino; e
- IV - impliquem pedido de doação de bens ou dinheiro pelos novos alunos.

Art. 3º A não observância ao disposto no art. 1º desta Lei sujeitará os responsáveis pela realização do trote às seguintes sanções:

- I - multa no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); e
- II - suspensão das atividades letivas do aluno pelo prazo de seis meses a um ano.

§ 1º As sanções previstas neste artigo serão julgadas por comissão especial, formada por três membros do corpo docente e dois membros do corpo discente.

§ 2º Os valores arrecadados pela aplicação de sanção pecuniária serão destinados às campanhas de esclarecimento da presente Lei.

§ 3º As sanções previstas nesta Lei poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, de acordo com a gravidade dos atos praticados.

Art. 4º Será admitido, nos estabelecimentos educacionais, o trote cidadão, que consiste na recepção a novos alunos com a prática de atos de cidadania, desde que em conformidade com o cronograma de atividades e diversões estabelecido por comissão formada por cinco membros do corpo docente e três membros do corpo discente, do respectivo estabelecimento.

Parágrafo único. A omissão do estabelecimento educacional em criar a comissão referida no *caput* implicará em responsabilidade solidária do próprio estabelecimento e seu dirigente máximo, por eventuais danos morais e materiais praticados nos atos de recepção aos novos membros do corpo discente, ocorrido em área interna ou externa do referido estabelecimento.

Art. 5º Esta Lei será regulamentada no prazo de sessenta dias, a contar da data de sua publicação nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Cesar Souza Júnior

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 07/12/10

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 07/12/10

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 062/2010

Proíbe a realização de trotes nos estabelecimentos educacionais públicos estaduais e privados e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica proibida a realização de trotes, por parte do corpo discente de estabelecimentos educacionais públicos estaduais e privados instituídos no Estado de Santa Catarina, na recepção a novos alunos.

Art. 2º Considera-se trote, para os fins desta Lei, dentre outras práticas, condutas que:

I - ofendam a integridade física, moral e psicológica dos novos estudantes;

II - importem constrangimento aos novos alunos do estabelecimento de ensino;

III - exponham, de forma vexatória, os novos integrantes do corpo discente do estabelecimento de ensino; e

IV - impliquem pedido de doação de bens ou dinheiro pelos novos alunos.

Art. 3º A não observância ao disposto no art. 1º desta Lei sujeitará os responsáveis pela realização do trote às seguintes sanções:

I - multa no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); e

II - suspensão das atividades letivas do aluno pelo prazo de seis meses a um ano.

§ 1º As sanções previstas neste artigo serão julgadas por comissão especial, formada por três membros do corpo docente e dois membros do corpo discente.

§ 2º Os valores arrecadados pela aplicação de sanção pecuniária serão destinados às campanhas de esclarecimento da presente Lei.

§ 3º As sanções previstas nesta Lei poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, de acordo com a gravidade dos atos praticados.

Art. 4º Será admitido, nos estabelecimentos educacionais, o trote cidadão, que consiste na recepção a novos alunos com a prática de atos de cidadania, desde que em conformidade com o cronograma de atividades e diversões estabelecido por comissão formada por cinco membros do corpo docente e três membros do corpo discente, do respectivo estabelecimento.

Parágrafo único. A omissão do estabelecimento educacional em criar a comissão referida no *caput* implicará em responsabilidade solidária do próprio estabelecimento e seu dirigente máximo, por eventuais danos morais e materiais praticados nos atos de recepção aos novos membros do corpo discente, ocorrido em área interna ou externa do referido estabelecimento.

Art. 5º Esta Lei será regulamentada no prazo de sessenta dias, a contar da data de sua publicação nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 7 de dezembro de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 050/2010

Estabelece penalidades a serem aplicadas a pessoa jurídica de direito privado que permitir ou tolerar a prática de atos atentatórios e discriminatórios aos direitos individuais e coletivos em razão de preconceitos de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero ou orientação sexual.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A pessoa jurídica de direito privado que por seus agentes, empregados, dirigentes, publicidade ou qualquer outro meio, promover, permitir ou tolerar a prática de atos atentatórios e discriminatórios aos direitos individuais e coletivos em razão de preconceitos de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero ou orientação sexual, serão aplicadas as sanções previstas nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. O disposto nesta Lei Complementar aplica-se também, no que couber, aos servidores públicos estaduais.

Art. 2º Consideram-se atos atentatórios e discriminatórios aos direitos individuais e coletivos, para os efeitos desta Lei Complementar:

I - submeter a pessoa a qualquer tipo de ação violenta, constrangedora, intimidatória ou vexatória;

II - proibir o ingresso ou permanência em local de livre acesso ao público em geral;

III - praticar atendimento diferenciado ou selecionado que não esteja devidamente determinado em lei;

IV - preterir, sobretaxar ou impedir a hospedagem em hotéis, motéis, pensões ou similares;

V - preterir, sobretaxar ou impedir a locação, compra, aquisição, arrendamento ou empréstimo de bens móveis ou imóveis de qualquer finalidade;

VI - praticar o empregador, ou seu preposto, atos de demissão direta motivados, expressa ou implicitamente, por razões discriminatórias, ou dar causa à rescisão indireta do contrato, pelas mesmas razões;

VII - inibir ou proibir a admissão ou o acesso profissional em qualquer estabelecimento público ou privado; e

VIII - proibir a livre expressão e manifestação de afetividade, sendo estas permitidas aos demais cidadãos.

Art. 3º A infração aos preceitos desta Lei Complementar sujeitará a pessoa jurídica de direito privado a pena de multa no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

§ 1º Em caso de reincidência, o valor da multa prevista no *caput* deste artigo será de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e o infrator será punido com:

I - suspensão por 30 (trinta) dias do alvará anual de licença ou de autorização, na hipótese que tenha sido concedido; e

II - revogação da licença mensal, diária ou de temporada, na hipótese que tenha sido concedida.

§ 2º Na hipótese prevista no inciso II do §1º deste artigo, o infrator fica proibido de renovar a licença mensal, diária ou de temporada, pelo período de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do pagamento da multa.

§ 3º A reclamação poderá ser formulada por qualquer cidadão ou entidade, de direito público ou privado na Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

§ 4º Compete à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão promover a instauração do processo administrativo devido para apuração e imposição das penalidades cabíveis quando praticado por pessoa jurídica de direito privado.

§ 5º O valor da multa deverá ser recolhido ao Fundo Estadual de Melhoria da Polícia Civil, para aplicação específica em programas, projetos ou ações que tenham por objeto a redução das diversas formas de discriminação referidas nesta Lei Complementar.

Art. 4º Tratando-se de ato praticado por servidor público estadual no exercício de suas funções, a reclamação poderá ser efetuada no órgão no qual este encontra-se em exercício ou, ainda, na Ouvidoria Geral do Estado.

Parágrafo único. Ao servidor público será aplicada a pena de suspensão por até 30 (trinta) dias.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei Complementar no prazo de noventa dias.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 7 de dezembro de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

RELATÓRIO

RELATÓRIO DAS AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS REALIZADOS NO PERÍODO DE 1/11/2010 À 30/11/2010

Quantidade	Material	Fornecedor	Valor Un.	Valor Total
1	MICROCOMPUTADOR NOTEBOOK COMPLETO	PORTÁTIL EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA (NOOTBOOK CENTURY)	R\$ 7.599,00	R\$ 7.599,00
1	DISJUNTOR TRIFASICO 175A, 380 V, 10 KA.	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 241,00	R\$ 241,00
2	CABO FLEXÍVEL 1 KV, 35MM²	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 12,45	R\$ 24,90
1	LOCAÇÃO DE ÔNIBUS LEITO TURISMO COM BANHEIRO	VIAGENS CHAPECÓ TRANSPORTES E TURISMO LTDA	R\$ 3.790,00	R\$ 3.790,00
3	PLACA EM AÇO INOX FOTO GRAVADA 30X20 CM, ESPESURA 0,8 MM, PAST-PATOUR EM VELUDO PRETO COM MOLDURA DE ALUMÍNIO.	TROFÉU PRIME COMERCIAL DE TROFEUS E PREST. DE SERV. GRAF. LTDA -	R\$ 120,00	R\$ 360,00
7	PLACA EM AÇO INOX FOTO GRAVADA 23X15 CM, ESPESURA 0,8 MM. ESTOJO COM FORRAÇÃO EM COURO E ABA PARA FIXAÇÃO.	TROFÉU PRIME COMERCIAL DE TROFEUS E PREST. DE SERV. GRAF. LTDA -	R\$ 91,00	R\$ 637,00
1	PLACA EM AÇO INOX FOTO GRAVADA 30X20 CM, ESPESURA 0,8 MM, PAST-PATOUR EM VELUDO PRETO COM MOLDURA DE ALUMÍNIO.	TROFÉU PRIME COMERCIAL DE TROFEUS E PREST. DE SERV. GRAF. LTDA -	R\$ 120,00	R\$ 120,00
9	PLACA EM AÇO INOX FOTO GRAVADA 23X15 CM, ESPESURA 0,8 MM. ESTOJO COM FORRAÇÃO EM COURO E ABA PARA FIXAÇÃO.	TROFÉU PRIME COMERCIAL DE TROFEUS E PREST. DE SERV. GRAF. LTDA -	R\$ 91,00	R\$ 819,00
3	ILUMINADORES PROLITE 98 LEDS PARA CÂMERAS DE TV	MEDIA TOOLS DISTRIB. IMP. EXP. E REP.	R\$ 1.102,50	R\$ 3.307,50
30	MANTA SINTÉTICA PARA TROCA DE FILTROS DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO - 2,20 M DE LARGURA E 3 CM DE ESPESURA.	SILITEC EQUIPAMENTOS ELETRONICOS E SERVIÇOS LTDA	R\$ 14,16	R\$ 424,80
8	ESTRUTURA METÁLICA PARA FILTRO DE AR 47,2CM X 47,7 X 2,5CM	SILITEC EQUIPAMENTOS ELETRONICOS E SERVIÇOS LTDA	R\$ 100,00	R\$ 800,00
1	SERVIÇO DE REVISÃO E REPARO, COM SUBSTITUIÇÃO DE ARTICULAÇÃO EM PORTAS DE VIDRO.	TECNOPORT TECNOLOGIA EM PORTAS E PORTÕES AUTOMÁTICOS LTDA	R\$ 280,00	R\$ 280,00
2	TELA MILIMETRADA CONTRA VETORES E INSETOS	TELA & DECOR COMERCIAL LTDA. M.E.	R\$ 160,00	R\$ 320,00
2	JARRA DE VIDRO C/ CAPACIDADE PARA 1,70 ML	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE)	R\$ 38,00	R\$ 76,00
2	RACK PISO PRETO 19 POLEGADAS 44UX0470	S4T COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA LTDA	R\$ 1.264,98	R\$ 2.529,96
6	BANDEJA FIXA 1UX0400 PRETA	S4T COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA LTDA	R\$ 55,00	R\$ 330,00
2	BANDEJA MÓVEL 1UX0400 PRETA	S4T COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA LTDA	R\$ 85,00	R\$ 170,00
2	KIT DE VENTILADORES R/P 0470 COM 02 VENTILADORES	S4T COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA LTDA	R\$ 195,00	R\$ 390,00
4	RÉGUA DE 12 TOMADAS - PRETA	S4T COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA LTDA	R\$ 59,00	R\$ 236,00
2	GUIA DE CABOS HORIZONTAL - 1U- PRETO	S4T COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA LTDA	R\$ 16,00	R\$ 32,00
2	PORCA GAIOLA E PARAFUSO - CENTO	S4T COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA LTDA	R\$ 70,00	R\$ 140,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	MIRIAM ABRAMOVAY - PIS:170.161.552-83	R\$ 3.794,00	R\$ 3.794,00
1	PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÕES OFICIAIS	R\$ 256,00	R\$ 256,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	GRAFICON - SERVIÇO GRÁFICOS E COMUNICAÇÃO	R\$ 1.269,04	R\$ 1.269,04
22	CRACHA DE AÇO ESCOVADO DOURADO	TROFÉU PRIME COMERCIAL DE TROFEUS E PREST. DE SERV. GRAF. LTDA -	R\$ 15,00	R\$ 330,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	PALMÍDIA CONSULTORIA & JORNAIS LTDA	R\$ 1.269,04	R\$ 1.269,04
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	VINICIUS RODRIGUES EUZÉBIO PIS:138.93167.72-1	R\$ 682,98	R\$ 682,98
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	TÂMYTA ROSA FÁVERO PIS:146.283.4827-4	R\$ 682,98	R\$ 682,98
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	PADRE VILSON GROH- 1372491972-6	R\$ 1.172,86	R\$ 1.172,86
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	DANIEL ANTONIO DE MORAES SARMENTO - PIS:1705111844-5	R\$ 2.390,50	R\$ 2.390,50
46,7	LAVAÇÃO DE ROUPAS	ROBERTA BELEM DA CRUZ ME	R\$ 6,60	R\$ 308,22
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	MARIA MARGARETH STADNICK PIS:10794962707	R\$ 432,16	R\$ 432,16
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	PADRE VILSON GROH- 1372491972-6	R\$ 1.172,86	R\$ 1.172,86
1	HOTEL SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM	JOINVILLE EXPRESS EMPREENDIMENTOS LTDA	R\$ 437,29	R\$ 437,29
1	HOTEL SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM	JOINVILLE EXPRESS EMPREENDIMENTOS LTDA	R\$ 262,14	R\$ 262,14
1	HOTEL SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM	JOINVILLE EXPRESS EMPREENDIMENTOS LTDA	R\$ 164,18	R\$ 164,18
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	LUCIANA MACHADO SCHMIDT- PIS:170.48373.87-1	R\$ 1.349,13	R\$ 1.349,13
30	CONECTORES BCN MACHO RG 59PARA CABO DE VIDEOMALHA DUPLA 75OHMS	ISADE MUSICAL LTDA ME	R\$ 12,32	R\$ 369,60
60	CONECTORES BNC MACHO RG-59 SOLDA E ROSCA PARA CABO DE VIDEO COAXIAL 90% MALHA 75 OHMS	ISADE MUSICAL LTDA ME	R\$ 6,32	R\$ 379,20
20	CONECTORES BNC FÊMEA PARA PAINEL COM ROSCA	ISADE MUSICAL LTDA ME	R\$ 6,50	R\$ 130,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	FRANCISCO CARLOS DA VEIGA- PIS:12147775624	R\$ 988,31	R\$ 988,31
6	CARTAO DE MEMORIA COMPACT FLASH 4GB	REAL TIME INFORMATICA LTDA.	R\$ 36,00	R\$ 216,00
1	HOTEL SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM	AGPS HOTELÁRIA LTDA	R\$ 6.572,90	R\$ 6.572,90
6	OLEO LUBRIFICANTE DESENGRIPANTE SPRAY	LOJA DOMINIK LTDA.	R\$ 5,13	R\$ 30,78
4	ABRACADEIRA NYLON 6,6 F-7028,16CM	LOJA DOMINIK LTDA.	R\$ 5,00	R\$ 20,00
20	LIXA PARA MADEIRA Nº 120	LOJA DOMINIK LTDA.	R\$ 1,88	R\$ 37,60
20	ESTOPA DE RETALHOS DE PANO COSTURADO	LOJA DOMINIK LTDA.	R\$ 3,06	R\$ 61,20
10	LÂMINA DE AÇO PARA ARCO DE SERRA	LOJA DOMINIK LTDA.	R\$ 3,06	R\$ 30,60
5	FIO ELÉTRICO DE COBRE FLEXÍVEL AZUL 2,5 MM	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 63,00	R\$ 315,00
5	FIO ELÉTRICO DE COBRE FLEXÍVEL PRETO 2,5 MM	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 63,00	R\$ 315,00
5	FIO ELÉTRICO DE COBRE FLEXÍVEL PRETO 4 MM	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 99,00	R\$ 495,00
5	FIO ELÉTRICO DE COBRE FLEXÍVEL AZUL 4 MM	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 99,00	R\$ 495,00

5	FIO ELÉTRICO DE COBRE FLEXÍVEL VERDE 4 MM	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 99,00	R\$ 495,00
60	LÂMPADA ELÉTRICA FLUORESCENTE DE 16 W T8	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 7,00	R\$ 420,00
4	ABRACADEIRA NYLON 6,6 F- 7028, 27CM	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 14,30	R\$ 57,20
20	TOMADA ELÉTRICA FILTRO DE LINHA COM FUZÍVEL	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 26,00	R\$ 520,00
60	LÂMPADA AR 70 50W 12V 24G HALOSPOT	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 19,20	R\$ 1.152,00
200	FIO ELÉTRICO DE COBRE FLEXÍVEL PARALELO 2,5 MM	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	R\$ 2,89	R\$ 578,00
10	ASSENTO SANITÁRIO (TAMPA) DE PLÁSTICO	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	R\$ 10,12	R\$ 101,20
10	PINCEL PARA PINTURA DE 1"	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	R\$ 5,46	R\$ 54,60
10	PINCEL PARA PINTURA DE 2"	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	R\$ 2,93	R\$ 29,30
2	ARAME GALVANIZADO,FIO 16	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	R\$ 12,40	R\$ 24,80
6	ESPÁTULA COM CABO DE MADEIRA 10 CM DE LÂMINA	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	R\$ 3,10	R\$ 18,60
4	TINTA DEMARCAÇÃO PARA PISO 3,6 LITROS COR VERMELHA	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	R\$ 44,90	R\$ 179,60
1	PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÕES OFICIAIS	R\$ 292,00	R\$ 292,00
1	PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÕES OFICIAIS	R\$ 220,00	R\$ 220,00
3	ROLAMENTO IMP. INDUSTRIAL EQ. UC - 205-16	SILITEC EQUIPAMENTOS ELETRONICOS E SERVIÇOS LTDA	R\$ 136,00	R\$ 408,00
1	POLIA 300 2B	SILITEC EQUIPAMENTOS ELETRONICOS E SERVIÇOS LTDA	R\$ 192,00	R\$ 192,00
1	EDIÇÃO E DIAGRAMAÇÃO DA REVISTA Nº 08 DA ESCOLA DO LEGISLATIVO	RG LAYOUTS	R\$ 2.632,00	R\$ 2.632,00
1	EDIÇÃO DE 04 BOLETINS INFORMATIVOS DA ESCOLA DO LEGISLATIVO	RG LAYOUTS	R\$ 800,00	R\$ 800,00
1	EDIÇÃO E DIAGRAMAÇÃO DOS CADERNOS DA ESCOLA DO LEGISLATIVO	RG LAYOUTS	R\$ 1.850,00	R\$ 1.850,00
1	EDIÇÃO E DIAGRAMAÇÃO DO ESPECIAL ESCOLA DO LEGISLATIVO ANO 10 E RELATÓRIO DE ATIVIDADES DOS 10 ANOS DA ESCOLA DO LEGISLATIVO	RG LAYOUTS	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00
4	AFIAÇÃO DE LAMINAS 8CM, DE PLEINA MANUAL	JCV IND. COM. LTDA - EPP	R\$ 20,00	R\$ 80,00
2	AFIAÇÃO DE SERRA CIRCULAR 80 DENTES 25CM 8MM	JCV IND. COM. LTDA - EPP	R\$ 40,00	R\$ 80,00
1	TELEVISOR LCD 40"	MJG TECNOLOGIA E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA - INFO PH	R\$ 2.235,00	R\$ 2.235,00
1	PLACA EM AÇO INOX FOTO GRAVADA 30X20 CM, ESPESURA 0,8 MM, PAST-PATOUR EM VELUDO PRETO COM MOLDURA DE ALUMÍNIO.	TROFÉU PRIME COMERCIAL DE TROFEUS E PREST. DE SERV. GRAF. LTDA -	R\$ 120,00	R\$ 120,00
1	PLACA EM AÇO INOX FOTO GRAVADA 30X20 CM, ESPESURA 0,8 MM, PAST-PATOUR EM VELUDO PRETO COM MOLDURA DE ALUMÍNIO.	TROFÉU PRIME COMERCIAL DE TROFEUS E PREST. DE SERV. GRAF. LTDA -	R\$ 120,00	R\$ 120,00
10	PLACA EM AÇO INOX FOTO GRAVADA 23X15 CM, ESPESURA 0,8 MM. ESTOJO COM FORRAÇÃO EM COURO E ABA PARA FIXAÇÃO.	TROFÉU PRIME COMERCIAL DE TROFEUS E PREST. DE SERV. GRAF. LTDA -	R\$ 92,00	R\$ 920,00
1	CARIMBO NUMERADOR AUTOMÁTICO ESPECIAL.	JOSÉ CARLOS BROERING-ME	R\$ 190,00	R\$ 190,00
1	PLACA EM AÇO INOX FOTO GRAVADA 30X20 CM, ESPESURA 0,8 MM, PAST-PATOUR EM VELUDO PRETO COM MOLDURA DE ALUMÍNIO.	TROFÉU PRIME COMERCIAL DE TROFEUS E PREST. DE SERV. GRAF. LTDA -	R\$ 120,00	R\$ 120,00
10	PLACA EM AÇO INOX FOTO GRAVADA 23X15 CM, ESPESURA 0,8 MM. ESTOJO COM FORRAÇÃO EM COURO E ABA PARA FIXAÇÃO.	TROFÉU PRIME COMERCIAL DE TROFEUS E PREST. DE SERV. GRAF. LTDA -	R\$ 92,00	R\$ 920,00
7	CARIMBO AUTO-ENTINTADO L-20.	JOSÉ CARLOS BROERING-ME	R\$ 15,00	R\$ 105,00
3	CARIMBO AUTO-ENTINTADO L-40.	JOSÉ CARLOS BROERING-ME	R\$ 25,00	R\$ 75,00
1	CARIMBO AUTO-ENTINTADO L-55.	JOSÉ CARLOS BROERING-ME	R\$ 40,00	R\$ 40,00
20	TUBO DE TINTA PARA CARIMBO AUTO-ENTINTADO	JOSÉ CARLOS BROERING-ME	R\$ 10,00	R\$ 200,00
2	CARIMBO COMUM PEQUENO.	JOSÉ CARLOS BROERING-ME	R\$ 10,00	R\$ 20,00
1	CARIMBO COMUM MÉDIO.	JOSÉ CARLOS BROERING-ME	R\$ 5,00	R\$ 5,00
2	REFIL PARA CARIMBO L-303.	JOSÉ CARLOS BROERING-ME	R\$ 8,00	R\$ 16,00
1	REFIL PARA CARIMBO L-304.	JOSÉ CARLOS BROERING-ME	R\$ 10,00	R\$ 10,00
1	ENVELOPE BRANCO COM TIMBRE PARA CARTÃO.	CATARINA BELLETTI FRANCISCO - EPP	R\$ 850,00	R\$ 850,00
40	HOTEL SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM	OSCAR HOTEL LTDA	R\$ 60,00	R\$ 2.400,00
1	PLACA DE AÇO INOX ESCOVADO FOTOGRAVADA, COM PINTURA AUTOMOTIVA, TAM. 50X40 CM.	TROFÉU PRIME COMERCIAL DE TROFEUS E PREST. DE SERV. GRAF. LTDA -	R\$ 500,00	R\$ 500,00
1	TP LINK - TI - WR 841 ND 300 MBPS	COMPUTER SHOP	R\$ 164,00	R\$ 164,00
2	ANTENA DE 14 DBI COM EXTENSOR	COMPUTER SHOP	R\$ 213,00	R\$ 426,00
19	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO SÃO JOÃO BATISTA/ FLORIANÓPOLIS	REUNIDAS S.A TRANSPORTES COLETIVOS	R\$ 13,01	R\$ 247,19
19	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO FLORIANÓPOLIS/ SÃO JOÃO BATISTA	REUNIDAS S.A TRANSPORTES COLETIVOS	R\$ 14,41	R\$ 273,79
228	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO GAROPABA/FLORIANÓPOLIS	PAULOTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA	R\$ 15,80	R\$ 3.602,40
38	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO PAULO LOPES/FLORIANÓPOLIS	PAULOTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA	R\$ 9,90	R\$ 376,20
38	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO GAMBOA/FLORIANÓPOLIS	PAULOTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA	R\$ 12,10	R\$ 459,80
50	AQUISIÇÃO DE LIVRO	ARCO-IRIS DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	R\$ 65,00	R\$ 3.250,00
4	COLAS VARIADAS DE SILICONE TRANSPARENTE 300 GRAMA	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	R\$ 13,60	R\$ 54,40
20	BOMBONA PLÁSTICA DE 20 LITROS, PARA ARMAZENAMENTO DE ÁGUA MINERAL	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE)	R\$ 15,70	R\$ 314,00
20	SABONETEIRA PLÁSTICA DE PAREDE COM RESERVATÓRIO PARA SABONETE LÍQUIDO	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE)	R\$ 28,70	R\$ 574,00
40	RESERVATÓRIO PARA SABONETE, ALCOOL GEL,COM DISPENSADOR EM PLÁSTICO	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE)	R\$ 5,30	R\$ 212,00
2	POSICIONADOR P/ PELÍCULA	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA	R\$ 42,50	R\$ 85,00
1	VALE TRANSPORTE MUNICIPAL DIVERSOS	SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS	R\$ 2.487,10	R\$ 2.487,10

2	COLESTEROL- HDL CAT413M GOLD ANALISA	PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA	R\$ 10,01	R\$ 20,02
5	ÁGUA DEIONIZADA E DESTILADA C/5 LITROS	CENTRO MÉDICO COMÉRCIO PROD.MÉDICOS ODONT. LTDA	R\$ 7,25	R\$ 36,25
1	COLESTEROL PP CAT 460 GOLD ANALISA	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R\$ 46,00	R\$ 46,00
3	TIRA URINA "UROFITA" 10DL 125 T "BIOBRÁS"	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R\$ 39,00	R\$ 117,00
3	SUPORTE PARA DESCARPAK DE PERFURO- CORTANTE COM CAPACIDADE TOTAL DE 7 LITROS.	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R\$ 25,00	R\$ 75,00
120	CONECTOR RJ 11 MACHO	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 0,80	R\$ 96,00
200	CABO TELEFONICO CIT 50 X 2 P	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 0,85	R\$ 170,00
100	CONECTOR RJ 45 FEMEA -	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 14,20	R\$ 1.420,00
1	SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ÁRVORE DE NATAL.	MARISTELA BEATRIZ FRANCISCO (PIS 12526985570)	R\$ 500,00	R\$ 500,00
2	SOFTWARE (LICENÇA DE USO) ADOBE FLASH BUILDER 4 PREMIUM	Software Store Comércio de Informática Ltda	R\$ 1.918,00	R\$ 3.836,00
2	SOFTWARE (LICENÇA DE USO) ADOBE FLASH BUILDER 4 STANDARD	Software Store Comércio de Informática Ltda	R\$ 684,00	R\$ 1.368,00
1	GRAMPEADOR GRANDE PARA APROXIMADAMENTE 100 FOLHAS	SUPRIWEL DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS DE PAPELARIA E INFORMATICA LTDA .EPP	R\$ 49,90	R\$ 49,90
500	LOCAÇÃO DE CADEIRAS PLÁSTICAS COM CAPAS EM TECIDO PRETO.	DIAS & DIAS DE FESTAS LTDA-ME.	R\$ 2,75	R\$ 1.375,00
20	PEDESTAL DE FERRO ACABAMENTO CROMADO RETRATIL,SISTEMA AUTOMATICO DE RETRACAO FITA 5 CM DE LARGURA 240 CM DE COMPRIMENTO	INSTAFIX IND. E COM. LTDA (UNIFILA)	R\$ 230,00	R\$ 4.600,00
10	ASSENTO SANITÁRIO CALYPSO PP BR INCEPA	CASAS DA ÁGUA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (MATRIZ CAMPINAS)	R\$ 66,80	R\$ 668,00
1	MOLA DE AÇO PARA DESINTUPIR ESGOTO TIPO ESPIRAL COM 5 MT	CASAS DA ÁGUA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (MATRIZ CAMPINAS)	R\$ 18,00	R\$ 18,00
40	PEN DRIVE DE 4 GB COM IMPRESSÃO A LASER DOS 2 LADOS.	DIGITAL ART COMÉRCIO E SERVIÇOS DE GRAVAÇÃO DE CD, DVDS	R\$ 50,90	R\$ 2.036,00
10	PEN DRIVE DE 4 GB, COM IMPRESSÃO A LASER DE 1 LADO.	DIGITAL ART COMÉRCIO E SERVIÇOS DE GRAVAÇÃO DE CD, DVDS	R\$ 47,90	R\$ 479,00
200	COLA VARIADAS BRANCA EM BASTÃO 10 G	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 2,15	R\$ 430,00
60	LÂMPADA ELÉTRICA PAR 20 50 W,220V	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 15,00	R\$ 900,00
40	LÂMPADA ELÉTRICA ELETRÔNICA TIPO DECO GLOBO- 25W/220 V 2700 K-E 27 LUZ BRANCA	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 21,00	R\$ 840,00
40	LÂMPADA ELÉTRICA ELETRÔNICA TIPO DECO GLOBO - 25W/220V 2700 K-E 27 LUZ AMARELA	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 24,00	R\$ 960,00
20	ADAPTADOR DE 1/2" para 3/4" HIDRAULICA	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	R\$ 0,60	R\$ 12,00
10	SIFAO PLASTICO FLEXIVEL	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	R\$ 5,80	R\$ 58,00
1	PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÕES OFICIAIS	R\$ 292,00	R\$ 292,00
50	AQUISIÇÃO DE LIVRO	PAULO HENRIQUE SIMON	R\$ 25,00	R\$ 1.250,00
1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DO EQUIPAMENTO VTR DSR 1500 SONY(DESMONTAGEM DO MECANISMO + LIMPEZA GERAL)	TREVISAN 'S LENS & CAMERAS SERVICE LTDA - ME	R\$ 1.100,00	R\$ 1.100,00
1	VIDRO LISO 4MM, MED 48 X 68CM, COM RECORTE	EDEMIR PERIM VOLPATO. (ARTEVIDROS)	R\$ 80,00	R\$ 80,00
17	ENCADERNAÇÃO DE DIÁRIO OFICIAL	MARIALENE SIMIONI DE LIMA. (MARY)	R\$ 34,00	R\$ 578,00
1	ENCADERNAÇÃO LIVRO 1964: A CONQUISTA DO ESTADO	MARIALENE SIMIONI DE LIMA. (MARY)	R\$ 42,00	R\$ 42,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	MÁVIA APARECIDA MAIER PIS: 180.139.299.79-01	R\$ 682,98	R\$ 682,98
41	SERVIÇO DE CALIGRAFIA	MARCUS DE LORENZI CANCELIER DA CRUZ - PIS 127.42793.72-2	R\$ 5,00	R\$ 205,00
50	AGENDA ANUAL COM CAPA EM COURINO COM LOGOMARCA DA ALESC	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 19,60	R\$ 980,00
50	CANETA ESFEROGRAFICA UNICRON (TINTA NA COR AZUL)	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 52,00	R\$ 2.600,00
33	CABO DE FORÇA PARA COMPUTADOR NOVO PADRÃO COM 3 PINOS, NORMA DA BNT	ORLANDO MARTINS ELETRONICOS ME (MUNDIAL COMPONENTES ELETRONICOS)	R\$ 13,00	R\$ 429,00
200	TUBO VACUTAINER PARA PROVAS HEMATOLÓGICAS (TAMPA ROXA) C/ EDTA	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R\$ 0,34	R\$ 68,00
200	TUBO VACUTAINER PARA GLICEMIA (TAMPA CINZA)	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R\$ 0,43	R\$ 86,00
5	EMBALAGEM COLETORA DE PERFUROCORTANTE DE 07 LITROS (CX C/ 10)	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R\$ 23,00	R\$ 115,00
5	GAZE HIDROFILA COM 500 COMPRESSAS	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R\$ 8,90	R\$ 44,50
2	FATOR REUMATÓIDE REAGENTE LATEX CAR. 454 COM 60 TESTES.	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R\$ 38,00	R\$ 76,00
1	CALCIO ARSENAZO PP 200ML - GOLD ANALISA	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R\$ 36,00	R\$ 36,00
4	LUVA LATEX DESCARTÁVEL (TAMANHO PP)	CENTRO MÉDICO COMÉRCIO PROD.MÉDICOS ODONT. LTDA	R\$ 13,40	R\$ 53,60
4	ALGODÃO MULTI-USO EM RETÂNGULOS	CENTRO MÉDICO COMÉRCIO PROD.MÉDICOS ODONT. LTDA	R\$ 8,00	R\$ 32,00
1	POTÁSSIO- DOLES SISTEMA COLORIMÉTRICO	PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA	R\$ 105,00	R\$ 105,00
1	MAGNÉSIO LÍQUIDO - PP 50ML (MÉTODO CALMAGITA) GOLD ANALISA	PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA	R\$ 17,46	R\$ 17,46
1	ASO LATEX - BIO TÉCNICA	PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA	R\$ 60,69	R\$ 60,69
1	COMPRESSOR PARA GELADEIRA.	NOGUEIRA REFRIGERAÇÃO LTDA - ME	R\$ 330,00	R\$ 330,00
1	GÁS E FILTRO PARA GELADEIRA.	NOGUEIRA REFRIGERAÇÃO LTDA - ME	R\$ 120,00	R\$ 120,00
1	CONSERVO DE GELADEIRA - PATRIMÔNIO 24.076.	NOGUEIRA REFRIGERAÇÃO LTDA - ME	R\$ 80,00	R\$ 80,00

1	PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA LTDA.	R\$ 602,00	R\$ 602,00
1	PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÕES OFICIAIS	R\$ 292,00	R\$ 292,00
1	SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO	ASSOCIAÇÃO DOS FUNC. DA ALESC - AFALESC	R\$ 832,00	R\$ 832,00
400	CHAVES DIVERSAS CÓPIAS DE CHAVE YALE	COMERCIO DE FERRAGENS LTDA - ME	R\$ 4,00	R\$ 1.600,00
36	CÓPIA DE CHAVE YALE TIPO TETRA.	COMERCIO DE FERRAGENS LTDA - ME	R\$ 10,00	R\$ 360,00
32	ABERTURA DE ARMÁRIO COM CHAVE.	COMERCIO DE FERRAGENS LTDA - ME	R\$ 25,00	R\$ 800,00
18	TROCA DE SEGREDO DE TAMBOR.	COMERCIO DE FERRAGENS LTDA - ME	R\$ 30,00	R\$ 540,00
16	CONCERTO DE FECHADURA.	COMERCIO DE FERRAGENS LTDA - ME	R\$ 20,00	R\$ 320,00
8	REPOSIÇÃO DE FECHADURA.	COMERCIO DE FERRAGENS LTDA - ME	R\$ 20,00	R\$ 160,00
6	CONCERTO DE FECHADURA SIMPLES.	COMERCIO DE FERRAGENS LTDA - ME	R\$ 20,00	R\$ 120,00
1	PUBLICAÇÃO DE DECRETO LEGISLATIVO	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÕES OFICIAIS	R\$ 328,00	R\$ 328,00
1	PUBLICAÇÃO DE LEI	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÕES OFICIAIS	R\$ 292,00	R\$ 292,00
1	RENOVAÇÃO DE ASSINATURA DA REVISTA BLC - BOLETIM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	EDITORA NDJ LTDA.	R\$ 6.790,00	R\$ 6.790,00
200	SACOLA EM LONA 100% ALGODÃO	COOP. SOCIAL DE PAIS E AMIGOS DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA	R\$ 14,70	R\$ 2.940,00
250	PORTA RASCUNHO EM PAPEL ARTESANAL	COOP. SOCIAL DE PAIS E AMIGOS DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA	R\$ 11,10	R\$ 2.775,00
150	BLOCOS EM PAPEL ARTESANAL	COOP. SOCIAL DE PAIS E AMIGOS DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA	R\$ 13,60	R\$ 2.040,00
1	PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÕES OFICIAIS	R\$ 256,00	R\$ 256,00
1	MÁQUINA FOTOGRAFICA DIGITAL SONY CYBERSHOT, MODELO DSCHX1, 9.1 MP, 20 X ZOOM, MEMÓRIA 4 GB.	DIGITAL FLORIPA	R\$ 1.050,00	R\$ 1.050,00
400	DIAGRAMAÇÃO DE PÁGINAS FOTO LIVRO	RG LAYOUTS	R\$ 2,30	R\$ 920,00
10	DIAGRAMAÇÃO ARTE PARA CAPA	RG LAYOUTS	R\$ 35,00	R\$ 350,00
1	LIXEIRA EM INOX, COM TAMPA, CAPACIDADE 20 LITROS, ABERTURA ACIONADA COM PEDAL	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP	R\$ 139,80	R\$ 139,80
1	MÃO DE OBRA PARA FECHAMENTO DE VÃOS EM VIDRO E ALUMÍNIO	GPL - CONTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA	R\$ 1.522,00	R\$ 1.522,00
10	ALCOOL 73,4 GEL PARA HIGIENIZAÇÃO (GALÃO 5 LITROS)	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP	R\$ 31,80	R\$ 318,00
4	CAIXA BOX COM TAMPA 30 X 35X 45CM	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP	R\$ 64,80	R\$ 259,20
1	MOLDURA TOMB.34992	MICHELANGELO COMÉRCIO DE MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA	R\$ 274,00	R\$ 274,00
1	MOLDURA TOMB.31600	MICHELANGELO COMÉRCIO DE MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA	R\$ 324,00	R\$ 324,00
1	MOLDURA TOMB.0599	MICHELANGELO COMÉRCIO DE MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA	R\$ 264,00	R\$ 264,00
1	MOLDURA TOMB.0754	MICHELANGELO COMÉRCIO DE MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA	R\$ 178,00	R\$ 178,00
1	MOLDURA TOMB.26081	MICHELANGELO COMÉRCIO DE MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA	R\$ 296,00	R\$ 296,00
1	MOLDURA TOMB.19901	MICHELANGELO COMÉRCIO DE MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA	R\$ 146,00	R\$ 146,00
1	MOLDURA TOMB.25264	MICHELANGELO COMÉRCIO DE MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA	R\$ 275,00	R\$ 275,00
1	PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÕES OFICIAIS	R\$ 292,00	R\$ 292,00
1	PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÕES OFICIAIS	R\$ 256,00	R\$ 256,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	LUCIANA MACHADO SCHMIDT- PIS:170.48373.87-1	R\$ 781,29	R\$ 781,29
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	SARA REGINA DA ROSA PINTER - PIS: 206.75693.73-4	R\$ 907,70	R\$ 907,70
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	JACKSON ROBERTO CARDOSO- PIS: 1210937517 7	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	FRANCISCO CARLOS DA VEIGA- PIS:12147775624	R\$ 854,33	R\$ 854,33
1	PINTURA DO RETRATO DO EX-PRESIDENTE VOLNEI MORASTONI	ZÉLIO ANDREZZO	R\$ 6.500,00	R\$ 6.500,00
20	PANO MULTIUSO PICOTADO MED.22 X 35CM EM TNT	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP	R\$ 8,00	R\$ 160,00
100	FITA RIBBON PARA IMPRESSORA ZEBRA TLP-2844, MEDINDO 110X74MM	ETIQUETAS DALLA LTDA.	R\$ 6,00	R\$ 600,00
100	ETIQUETA AUTO ADESIVA BRANCA MEDINDO 100 X 40MM	ETIQUETAS DALLA LTDA.	R\$ 11,30	R\$ 1.130,00
1	ARRANJO NATALINO "FESTÃO DE ENTRADA" - RECEPÇÃO GABINETE DA PRESIDÊNCIA.	RKD COMERCIO E DECORAÇÕES LTDA	R\$ 430,80	R\$ 430,80
1	ARRANJO NATALINO "ÁRVORE COM VASO" - MESA LATERAL RECEPÇÃO GABINETE DA PRESIDÊNCIA.	RKD COMERCIO E DECORAÇÕES LTDA	R\$ 275,50	R\$ 275,50
2	ARRANJO NATALINO "ÁRVORES ESTRELAS" - MESA DAS RECEPCIONISTAS DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA.	RKD COMERCIO E DECORAÇÕES LTDA	R\$ 97,30	R\$ 194,60
1	ARRANJO NATALINO "ÁRVORES ESTILIZADAS PE LONGO 1,20 X 1,00 M - MESA LATERAL SALA DE REUNIÕES DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA.	RKD COMERCIO E DECORAÇÕES LTDA	R\$ 215,20	R\$ 215,20
1	ARRANJO NATALINO "0,80 CM" BALCÃO SALA DE REUNIÕES GABINETE DA PRESIDÊNCIA.	RKD COMERCIO E DECORAÇÕES LTDA	R\$ 427,50	R\$ 427,50
1	ARRANJO NATALINO - MESA SALA DA PRESIDÊNCIA.	RKD COMERCIO E DECORAÇÕES LTDA	R\$ 304,00	R\$ 304,00
1	ARRANJO NATALINO "ÁRVORE ESTILIZADA DE ROMA" - SALA DA CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA.	RKD COMERCIO E DECORAÇÕES LTDA	R\$ 155,80	R\$ 155,80
1	ARRANJO NATALINO "ÁRVORE ESTILIZADA ESTRELA 35 CM" - SALA DIRETORIA GERAL.	RKD COMERCIO E DECORAÇÕES LTDA	R\$ 53,30	R\$ 53,30
1	ARRANJO NATALINO "ÁRVORE ESTRELA ESTILIZADA 35 CM" - SALA DA ASSESSORIA ESPECIAL.	RKD COMERCIO E DECORAÇÕES LTDA	R\$ 53,30	R\$ 53,30
150	AQUISIÇÃO DE LIVRO	ANGELO MARCELO SCHULKA ME	R\$ 10,00	R\$ 1.500,00

*** X X X ***